



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE LITERATURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

EDSON DA SILVA NASCIMENTO

A DIALÉTICA DO ABSURDO EM *K. RELATO DE UMA BUSCA*, DE B. KUCINSKI

FORTALEZA

2023

EDSON DA SILVA NASCIMENTO

A DIALÉTICA DO ABSURDO EM K. *RELATO DE UMA BUSCA*, DE B. KUCINSKI

Trabalho de dissertação do Programa de Pós-Graduação em Letras do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras. Área de concentração: Literatura Comparada.

Orientador: Prof. Dr. Atílio Bergamini Junior

FORTALEZA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

N194d Nascimento, Edson da Silva.

A dialética do absurdo em K. relato de uma busca, de B. Kucinski / Edson da Silva
Nascimento. – 2023.
93 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades,
Programa de Pós-Graduação em Letras, Fortaleza, 2023.
Orientação: Prof. Dr. Atilio Bergamini Junior.

1. Ditadura Militar. 2. Desaparecimento forçado. 3. Dialética do Absurdo. 4. Processos
sociais genocidas. 5. Literatura brasileira contemporânea. I. Título.

CDD 400

EDSON DA SILVA NASCIMENTO

A DIALÉTICA DO ABSURDO EM K. *RELATO DE UMA BUSCA*, DE B. KUCINSKI

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras. Área de concentração: Literatura Comparada.

Aprovada em: 27 /11 /2023 .

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Atilio Bergamini Junior (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dr.^a Gínia Maria Gomes
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Prof. Dr. Roberto Vecchi
Universidade de Bolonha

À minha mãe, Veronica. Mulher guerreira! Que não teve a oportunidade de estudar, mas sempre enfatizou que seria essa a única herança que nos deixaria. Mulher de inteligência extraordinária, que me ensinou na infância o valor dos estudos, enquanto carregávamos caixas com bijuterias e importados à parada de ônibus às 4 horas da manhã para vender nas feiras da região. Com o rosto cansado, mas os olhos esperançosos, repetia, como se fosse um verso de uma canção, que, para nós, estudar era a única maneira de resistir à aridez da vida em um mundo tão desigual.

AGRADECIMENTO

À Veronica, à Elizangela, à Rosana, pela motivação.

Ao Moisés e ao Ribeiro, pela força.

À Rosangela, pelo carinho.

Ao David, pela compreensão das minhas ausências.

Ao Atilio Bergamini, pela paciência, leituras indicadas, conhecimentos compartilhados, pelo exemplo de erudição e humanismo, por me ajudar a realizar o sonho de desenvolver uma pesquisa na pós-graduação, ao tempo da sua companhia nas orientações, a escuta atenta das minhas angústias perante os desafios da pesquisa, muito obrigado, professor, sou eternamente grato...

Aos professores e às professoras do PPGLetras com as (os) quais tive a honra de desfrutar da partilha de saberes, em especial ao professor Orlando Luiz pela recepção, o carinho e os diálogos sobre o mundo clássico; ao professor Marcelo Peloggio pelas conversas filosóficas, as discussões políticas e as reflexões sobre literatura sempre tão produtivas; e à professora Suene Honorato pelas reflexões sobre o universo literária indígena, o qual modificou a minha prática docente.

Ao Jonhy Freitas, pelas indicações de livros, de eventos, o carinho e o companheirismo, ainda que distante.

À Patricia Sousa, pela recepção carinhosa, escuta atenta e o estímulo contante a continuar desenvolvendo pesquisa.

Ao Grupo de Estudos Processos sociais genocidas e formas literária, do professor Atilio Bergamini, em especial, à Valeria Lourenço e à Karina de Moraes e ao André pelos afetos e saberes compartilhados.

Ao secretário do PPGLetras, Vitor, pelo excelente trabalho, sempre tão ágil e cordial no atendimento.

Ao professor Márcio Seligmann-Silva pelo aceite da minha matrícula como ouvinte em sua disciplina da pós-graduação na Unicamp, a qual me rendeu significativas reflexões.

À Gínia Maria Gomes e ao Roberto Vecchi, por aceitarem participar a banca, pelas críticas e comentários tão elucidativos.

RESUMO

K. relato de uma busca, de B. Kucinski, persona literária de Bernardo Kucinski, publicada em 2011, narra a jornada de busca pela filha do personagem principal K. e o seu duplo sofrimento: a angústia diante da incerteza da morte da filha e a dor pela impossibilidade de luto devido ao desaparecimento do corpo, uma vez que sucumbiu à máquina do "sumidouro de pessoas", criada pelo Estado brasileiro durante a ditadura militar. A pesquisa demonstrou como o conjunto das obras deste autor proporcionou uma leitura crítica do país. Refletiu também sobre a violência estrutural figurada pelos elementos estéticos da literatura de B. Kucinski. Em uma abordagem crítica dialética, o estudo analisou os elementos composicionais do romance, especialmente para compreender a relação entre a forma composicional e a memória do desaparecimento político. Diante de temas tão delicados apresentados no romance, como o pai à procura da filha assassinada pelos agentes da ditadura, o sequestro, a tortura, o assassinato e o desaparecimento político, temas que ganham forma ficcional em *K. relato de uma busca*, cujo enredo é a busca pelo corpo desaparecido da filha do protagonista, que remete, por sua vez, à irmã do autor, Bernardo Kucinski, surge a questão inevitável: como narrar o inenarrável? Como dar forma a memórias tão dolorosas da nossa história recente? Sem respostas definitivas, seguiu-se uma trilha interpretativa de possíveis proposições, as quais surgem da síntese do conteúdo e da forma do objeto em questão. Trabalhamos em meio às seguintes ideias: dialética do absurdo, redução do distanciamento estético do narrador, lógica singular do tempo na narrativa, linguagem objetiva e sucinta como consequência do tema narrado, estética do choque e aprendizagem, ética da alteridade, narrador descentrado, totalitarismo institucional, violência do silêncio e mal de melancolia. Como aportes teóricos recorremos a Alfredo Bosi, Anatol Rosenfeld, Antonio Candido, Carlos Fico, Daniel Feierstein, Edson Teles, Florence Goodeau, Gabriel Gatti, Jaime Ginzburg, Janaina Teles, Jeanne Marie Gagnebin, Karl Marx, Lilia Schwarcz, Nelly Richard, Pilar Calveiro, Raphael Lemkin, Roberto Vecchi, Seligmann-Silva, Theodor W. Adorno e Walter Benjamin. Ao refletir sobre a dialética entre processos sociais genocidas e formas literárias, este estudo visa colaborar com a fortuna crítica de B. Kucinski e com os estudos sobre literatura brasileira contemporânea que abordam a ditadura militar. Além disso, esperamos que contribua para as políticas de memória referentes aos extermínios no país e, conseqüentemente, para o combate ao processo de apagamento de memória em curso.

Palavras-chave: Ditadura Militar; desaparecimento forçado; dialética do absurdo; processos sociais genocidas; literatura brasileira contemporânea.

RESUMEN

K. Relato de una busca, de B. Kucinski, persona literaria de Bernardo Kucinsky, publicada en 2011, narra el viaje de búsqueda por la hija del personaje principal K. y su doble sufrimiento: la angustia ante la incertidumbre de la muerte de su hija y el dolor por la imposibilidad de luto debido a la desaparición del cuerpo, una vez que sucumbió a la máquina del "sumidoro de personas", creada por el Estado brasileño durante la dictadura militar. La investigación demostró cómo el conjunto de las obras de este autor proporcionó una lectura crítica del país. Reflexionó también sobre la violencia estructural figurada por los elementos estéticos de la literatura de B. El cocinero. En un análisis crítico dialéctico, el estudio analizó los elementos compositivos de la novela, especialmente para comprender la relación entre la forma compositiva y la memoria de la desaparición política. Frente a temas tan delicados presentados en la novela, como el padre en busca de la hija asesinada por los agentes de la dictadura, el secuestro, la tortura, el asesinato y la desaparición política, temas que adquieren forma ficticia en *K. relato de una búsqueda*, cuya trama es la busca por el cuerpo desaparecido de la niña del protagonista, que remite, a su vez, a la hermana del autor, Bernardo Kucinski, surge la pregunta inevitable: ¿cómo narrar lo inexplicable? ¿Cómo dar forma a recuerdos tan dolorosos de nuestra historia reciente? Sin respuestas definitivas, se siguió una pista interpretativa de posibles proposiciones, las cuales surgen de la síntesis del contenido y de la forma del objeto en cuestión. Trabajamos en medio de las siguientes ideas: dialéctica del absurdo, reducción del distanciamiento estético del narrador, lógica singular del tiempo en la narrativa, lenguaje objetivo y sucinto como consecuencia del tema narrado, estética del choque y aprendizaje, ética de la alteridad, narrador descentralizado, totalitarismo institucional, violencia del silencio y mal de melancolía. Como aportaciones teóricas recurrimos a Alfredo Bosi, Anatol Rosenfeld, Antonio Candido, Carlos Fico, Daniel Feierstein, Edson Teles, Florence Goodeau, Gabriel Gatti, Jaime Ginzburg, Janaina Teles, Jeanne Marie Gagnebin, Karl Marx, Lilia Schwarcz, Nelly Richard, Pilar Calveiro, Raphael Lemkin, Roberto Vecchi, Seligmann-Silva, Theodor W. Adorno y Walter Benjamin. Al reflexionar sobre la dialéctica entre los procesos sociales genocidas y las formas literarias, este estudio pretende colaborar con la fortuna crítica de B. Kucinski y con sus estudios sobre literatura brasileña contemporánea que abordan la dictadura militar. Además, esperamos que contribuya a las políticas de memoria relativas a los asesinatos en el país y, en consecuencia, a la lucha contra el proceso de borrado de memoria en curso.

Palabras clave: Dictadura militar; desaparición forzada; dialéctica del absurdo; procesos sociales genocidas; literatura brasileña contemporánea.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	FRAGMENTOS DA RUÍNA DE UMA VIDA E A EDIFICAÇÃO FRAGMENTADA DE UM ROMANCE	20
2.1	As ruínas de uma vida e a composição fragmentada: o narrador, o tempo e o desvelamento da catástrofe contínua.....	21
2.2	A estética da dor e a linguagem do sofrimento.....	22
3	O DESAPARECIMENTO COMO ESTRATÉGIA NARRATIVA EM K. RELATO DE UMA BUSCA: A DIALÉTICA DO ABSURDO.....	32
3.1	Tensão entre tradição e humanismo	38
3.2	A nova condição ontológica do desaparecido político e a dialética do absurdo.....	40
3.3	A dialética do absurdo e a recepção.....	42
3.4	Panorama sobre o surgimento do desaparecimento forçado e uma escritura para os ausentes.....	44
3.5	O desaparecimento como tecnologia do poder.....	45
3.6	O discurso histórico sobre desaparecimento forçado: uma releitura do período de distensão.....	49
3.7	Guerra psicológica e a transmissão geracional da dor.....	52
4	K. CONTRA O TOTALITARISMO INSTITUCIONAL.....	63
4.1	O percurso da busca, a violência do silêncio, a metamorfose de K e o muro do silêncio e o mal de melancolia.....	63
4.1.1	A violência do silêncio.....	69
4.1.2	<i>A metamorfose de K.</i>	70
4.1.3	<i>O muro de silêncio e o mal de melancolia</i>.....	72
4.2	As composições de regimes políticos totalitários: aproximações e distanciamentos entre o Nazismo, a Ditadura militar e o Totalitarismo institucional.....	76
4.3	O conflito K. contra o totalitarismo institucional na composição dos narradores.....	80
	CONCLUSÃO	84
	REFERÊNCIAS	91

INTRODUÇÃO

K. relato de uma busca foi publicado em 2011, pela editora Expressão Popular, pelo escritor e jornalista Bernardo Kucinski, o qual assina as suas obras ficcionais como B. Kucinski. Este romance inaugurou a sua estreia na ficção. Ele nasceu em São Paulo, em 1937, e tinha 74 anos quando publicou esta ficção. É professor aposentado da Universidade de São Paulo, onde lecionou disciplinas no curso de comunicação social.

Nessa mesma universidade, Ana Rosa Kucinski Silva, sua irmã, foi professora de Química até abril de 1974, quando foi sequestrada, torturada, assassinada e “desaparecida” pelos agentes da ditadura (CASTRO, 2018, p. 181). A personagem desaparecida em *K. relato de uma busca* é, portanto, uma ficcionalização que retoma diversos elementos da irmã de B. Kucinski, desaparecida política em 1974, e professora de Química da USP (cf. LESSA *in* KUCINSKI, 2016, p. 183). Renato Lessa, em posfácio ao livro, assinala: “A matéria da qual se ocupa *K.* [...] tem como ponto nuclear o desaparecimento de sua irmã, Ana Rosa Kucinski, e de seu cunhado, Wilson Silva, em abril de 1974”, durante as primeiras semanas de Ernesto Geisel no poder. Sempre segundo Lessa, ambos tinham 32 anos quando foram sequestrados. Ana Rosa, assim como a personagem do livro, foi então demitida por “abandono de emprego”.

B. Kucinski é autor de considerável número de textos ficcionais, apesar de haver iniciado a sua vida literária há pouco mais de dez anos. Além do seu texto inaugural, publicou o livro de contos, *Você ainda vai voltar pra mim e outros contos*, em 2014. A antologia possui 28 contos que versam sobre os familiares de mortos e desaparecidos políticos da ditadura militar. Em 2015, ele lançou *Alice, não mais que de repente*, um romance policial ambientado na Universidade de São Paulo. Em 2016, publicou *Os visitantes*, uma novela em que leitores de *K. relato de uma busca* questionam o autor sobre incoerências entre o texto ficcional e o fato histórico da ditadura militar. Já *Pretérito imperfeito*, obra publicada em 2017, tematizou três questões: a adoção, o vício e o racismo. O livro aborda ainda a impotência e a culpa familiar diante do percurso da vida do filho, diante do fato de ele ter enveredado no mundo das drogas. Dois anos depois da publicação de *Pretérito imperfeito*, B. Kucinski tornou público *A nova ordem* (2019), uma ficção distópica na qual um regime político autoritário extermina milhões de brasileiros sob o pretexto de reduzir o “excesso

populacional”, uma vez que, para os perpetradores, o “mercado interno” não suportava a quantidade de habitantes no país. Em 2020, é publicado *Júlia: nos campos conflagrados do Senhor*, um romance que retrata a ditadura militar, em que a busca ressurgiu, agora de uma jovem a procura de informações sobre o passado do pai, que combateu o regime ditatorial. No ano seguinte, o autor organizou e publicou a sua coletânea de contos *A cicatriz e outras histórias: quase todos os contos de B. Kucinski*. E, em 2023, a sua mais recente publicação *O congresso dos desaparecidos*, o autor, assim como em *K.*, trabalha a temática do desaparecimento forçado perpetrado pelo regime institucional autoritário e genocida. A narrativa perlabora vários desaparecimentos forçados que ocorreram não só na ditadura militar, mas também no decorrer da história do Brasil, com indígenas, quilombolas e outros agentes de lutas sociais figurando entre as personagens. Portanto, B. Kucinski tem se dedicado a escrever a cada par de ano novas produções artísticas em que plasmam o contexto da ditadura militar e o Estado autoritário e genocida brasileiro. Nesta dissertação, entendemos esta já extensa produção, a partir do objetivo de criar um campo de resistência contra o regime repressor institucionalizado.

O nosso objetivo nesta pesquisa será evidenciar os mecanismos estéticos pelos quais *K. relato de uma busca* (2016, primeiramente publicado em 2011), em um movimento duplo, estrutura-se: perlabora a memória do desaparecimento forçado na ditadura militar e revela as estratégias de violência e extermínio que estruturam o Estado autoritário brasileiro. A narrativa desvela um sistema paradoxal onde convivem na base da sociedade brasileira o regime autoritário, violento e genocida, em intenso conflito contra os familiares das vítimas dos opositores políticos, enquanto, na superfície da sociedade, encontra-se parte da comunidade alienada a respeito do que acontecia nos porões da ditadura militar: “Lá fora segue a vida inalterada: senhoras vão às compras, operários trabalham, crianças brincam, mendigos suplicam, namorados namoram” (KUCINSKI, 2016, p. 26).

Parte-se da hipótese de que o desaparecimento forçado, como técnica social genocida, foi utilizado pelo regime golpista sob argumentos pautados na mentira e na dissimulação com finalidade de manutenção no sistema de poder do Estado. E, aparentemente, a forma pela qual *K. relato de uma busca* é composto plasma as engrenagens que compõem o sistema repressor, criando uma sequência de imagens dialéticas do absurdo ditatorial. A narrativa rememora simbolicamente o passado ditatorial ao mesmo tempo que revelaria as estratégias de manipulação do poder do

regime repressor.

Para trabalhar tal hipótese, o texto será dividido em quatro capítulos: “1 Introdução”; “2 Fragmentação das ruínas de uma vida e a composição fragmentada de um romance”; “3 O desaparecimento forçado como estratégia narrativa em *K. relato de uma busca*: a dialética do absurdo”; e “4 K. contra o totalitarismo institucional”.

Nessa pesquisa, optamos por utilizar a metodologia da crítica dialética, na qual a construção da leitura resulta da tensão entre o conteúdo e a forma. Assim, a partir da narrativa, refletiremos, em um primeiro momento, sobre os elementos da estrutura composicional em cotejo com as temáticas dos conteúdos referentes à ditadura militar no Brasil, com o objetivo de compreender as contradições e os paradoxos sociais evidenciadas na fatura da obra.

No segundo capítulo, “Fragmentação das ruínas de uma vida e a composição fragmentada de um romance”, a análise será dividida em duas etapas. Na primeira, investigaremos a estruturação dos capítulos de *K. relato de uma busca*, bem como as categorias de linguagem, de narrador e de tempo em relação à estrutura que engendra o desaparecimento forçado: a tensão entre os que padecem ao tentar enfrentar a ordem do sistema de poder e a elite econômica, a burguesia, que criou tal sistema. Na segunda, há dois objetivos: revisar a fortuna crítica e construir alargar as bases conceituais para a nossa leitura.

No terceiro capítulo, “Desaparecimento como estratégia narrativa em *K. relato de uma busca*: a dialética do absurdo”, teremos como foco de investigação o primeiro e o último capítulos do romance. Tal investigação nos renderá um conceito que visaremos utilizar como meio de análise de um mecanismo estético que faz o que Antonio Candido (1993) denominava redução estrutural de uma lógica social em lógica estética: a “dialética do absurdo” é, nesta pesquisa, um dos mecanismos que viabiliza a reflexão sobre os elementos composicionais do objeto em estudo. O conceito é de natureza complexa e, conseqüentemente, composto por elementos que expressam essa complexidade.

Na narrativa de B. Kucinski ele aparece como paradoxo, contradição, metonímia, dito no não-dito e hipérbole; ao passo que, na sociedade brasileira, figura como autoritarismo camuflado por “liberdades” limitadas, violência sistêmica, genocídio contínuo e dissimulado dos inimigos do Estado e do mercado. Nos termos de Antonio Candido (1993), procuraremos verificar no texto literário, em sua singularidade, as leis por meio das quais as matérias não-estéticas do mundo ditatorial

criaram uma obra com princípios de construção próprios, que revelam criticamente características da sociedade.

Após apresentarmos as condições de possibilidades da dialética do absurdo em *K. relato de uma busca*, a partir da leitura dos dois capítulos que enquadram o romance, “As cartas à destinatária inexistente” e o “Post Scriptum”, problematizaremos as questões históricas sobre o desaparecimento forçado e dissertaremos sobre algumas leis promulgadas no período de redemocratização. Tais leis parecem estratégias de sobrevivência do autoritarismo brasileiro engendradas pelos agentes do sistema repressor. Isto é, a exemplo do que será realizado no capítulo anterior, discutiremos uma teoria extraída da organização da estrutura que compõe a obra.

Todavia, neste terceiro capítulo, abordaremos a bibliografia historiográfica sobre o desaparecimento forçado, cuja hipótese inicial parece ser confirmada, já que ela objetiva reconstruir simbolicamente uma das formas pela qual o Estado brasileiro é composto: “o sistema repressor” como parte da estrutura do regime político do Brasil contemporâneo.

No quarto e último capítulo, “K. contra o totalitarismo institucional”, refletiremos sobre as investidas de K. contra o muro de silêncio do regime ditatorial e as ações, deste, contra os familiares dos desaparecidos políticos e opositores ao regime. Essa dialética, entre memória e desaparecimento, busca e mentira, luto e agressão, na qual a lógica ética dá lugar a uma lógica da violência e do extermínio, observa-se evidenciada nos traços formais da estética composicional. Deste modo, a pesquisa tentará demonstrar que o autor plasma a memória da ditadura militar e rememora a repressão no Brasil sem desconsiderar as dissoluções sociais que impedem ou dificultam o trabalho ficcional em torno da memória e da rememoração da ditadura.

Para tanto, verificaremos como o romance coloca em tensão diversos narradores: por um lado temos um narrador em terceira pessoa onisciente, cujo foco narrativo é a busca de K., que estabelece um espaço possível para a presença de diversas vozes no decorrer do enredo, como das amigas da faculdade onde a desaparecida trabalhava, dos familiares de desaparecidos políticos; e de personagens que aparentam estar do lado da ditadura militar: como os informantes de bairro, o dono de uma grande emissora e o rabino.

Enquanto, por outro lado, a ficção possui narradores em primeira pessoa,

como o capítulo “A abertura”, no qual um delegado dos agentes da repressão discute e executa estratégias da guerra psicológica contra os familiares dos desaparecidos políticos – apresentados como inimigos do Estado. O narrador personagem deste capítulo monologa diante de outros personagens, isto é, ocorre uma espécie de discurso direto no qual o interlocutor é silenciado, servindo para receber ordens e sentidos. Ao leitor restará inferir a partir das afirmações realizadas pelo próprio narrador sobre as possíveis perguntas proferidas pelos demais que participam da cena ficcional. Assim, temos no enredo, “diálogos monológicos”, no capítulo “A abertura” no qual observamos pouco espaço para o discurso do outro, apenas as perguntas lhes são permitidas e mesmos essas só podem ser inferidas, já que não são vocalizadas, materializadas discursivamente. Constrói-se, assim, um silêncio com as ausências das palavras que parece dizer muito sobre o contexto ditatorial, cujo autoritarismo e a repressão da liberdade eram a base do regime ditatorial, fato histórico plasmado pela obra.

Esta pesquisa parte da premissa de que a estrutura literária plasma criticamente as engrenagens da ideologia estruturante autoritária do regime repressor instaladas no Estado brasileiro. A ficção de B. Kucinski, mais que narrar as tragédias familiares subjetivas vividas pelo autor e os seus familiares no nazismo e na ditadura militar, perlabora a memória coletiva dos familiares de mortos e desaparecidos e desvenda um mecanismo social genocida estruturante do governo brasileiro, qual seja, a elite econômica cria subterfúgios historicamente para justificar a utilização da força contra os que propõe a ameaçar o poder estabelecido.

Como é possível observar, esta análise aproximará a crítica literária e a política. Apesar dessa categoria de crítica ser tratada como “menor” pela crítica tradicional, defende-se aqui a sua importância para a leitura da obra em questão, uma vez que *K. relato de uma busca* aborda tanto na forma como no conteúdo entraves pertencentes à política. Para justificar a análise política da obra em foco, não esquecemos que diversas correntes de crítica literária no Brasil convergem na percepção de que a análise literária, mesmo aquela que tem em vista pensar a política na estética ou a estética na política, deve, como princípio, partir do texto ficcional.

A ficção kucinskiana, como é possível observar, até mesmo critica uma escrita literária que se pretenda acrítica. A figura do velho pai e escritor e a sua devoção à ficção na língua ídiche, no capítulo “O abandono da literatura”, elabora a culpa e a autocrítica, o que também está presente em vários outros momentos do

romance. Em contrapartida, o texto de B. Kucinski não se enquadra em uma concepção narrativa panfletária. O texto aborda de forma crítica a memória do regime, a qual não exige de questionamento os opositores da ditadura por lutarem uma batalha mesmo nas condições em que era nítido o fracasso. Diante disso, este estudo compreende que ela se projeta no campo literário como uma narrativa de resistência, que articula conceitos da arte com os conceitos da ética.

Essa proposição estabelece uma relação aparentemente incongruente, uma vez que o conceito resistência, em sua gênese, está contido no campo da ética, e não da estética. Isto é, resistência é resistir a algo, o “seu sentido mais profundo apela para a força da vontade que resiste a outra força, exterior ao sujeito. Resistir é opor a força própria à força alheia. O cognato próximo é *in/sistir*” (BOSI, 2002,p.118). A força de vontade não é o princípio motor da criação artística, como pode ser percebido na experiência criadores de arte.

Embora, quando saímos da teorização e adentramos o mundo empírico, podemos observar que há fios subterrâneos que realizam essa transposição conceitual: “no fazer-se concreto e multiplamente determinado da existência pessoal, fios subterrâneos poderosos amarram as pulsões e os signos, os desejos e as imagens, os projetos políticos e as teorias, as ações e os conceitos” (BOSI, 2002, p. 118). Para Bosi, essa interação, longe de ser mais do que um acaso, é uma condição imanente ao objeto artístico. Em *K. relato de uma busca* o processo de resistência ocorre tanto no tema, quanto se torna inerente à escrita e à leitura.

Porquanto, a pesquisa evidenciará que há na forma composicional elementos que simbolizam a violência perpetrada pelo governo genocida brasileiro na ditadura e a violência estrutural do regime repressor existente na linguagem subtraída dos que não falam na narrativa e na fragmentação do enredo. Na temática do romance, a ética se desdobra em figuras diversas: o amor paterno demonstrado na resiliência de K. ao transformar sua vida na busca para obter informações sobre a filha, nas injustiças sociais as quais o texto faz alusão, ao expor a violência do Estado contra os opositores políticos e a empatia de K. mesmo diante das incertezas sobre o paradeiro da desaparecida política ao sentir tristeza por mortos indigentes no IML. Por fim, aparece também na abordagem da violência estrutural do governo brasileiro enraizado no colonialismo e na escravidão.

Ademais, em vários momentos da história brasileira, na escravidão, nos massacres dos vários levantes, em Canudos, nas ditaduras, nas tentativas de golpe

bolsonaristas e nos ataques à imprensa e ao Supremo Tribunal Federal, observa-se a articulação e o emprego da estratégia segundo a qual o discurso de poder, calcado na mentira e na dissimulação, apresenta-se como um aparente bem nacional. A estratégia discursiva da dialética do absurdo tem servido como cortina para encobrir a violência e o autoritarismo perpetrado pelo Estado brasileiro no decorrer da história:

Mas é esse passado que vira e mexe vem nos assombrar, não como mérito e sim tal qual fantasma perdido, sem rumo certo. O nosso passado escravocrata, o espectro do colonialismo, as estruturas de mandonismo e patriarcalismo, a da corrupção renitente, a discriminação racial, as manifestações de intolerância de gênero, sexo e religião, todos esses elementos juntos tendem a reaparecer, de maneira ainda mais incisiva, sob a forma de novos governos autoritários, os quais, de tempos em tempos, comparecem na cena política brasileira (SCHWARCZ, 2019, p. 224).

Eventos históricos que, não passando por rupturas definitivas nem pelo processo de perlaboração de memória e justiça, formaram camadas sobre camadas de violências sob a égide do autoritarismo de Estado, enraizado na sociedade brasileira desde a colonização, doravante revisita com mais intensidade sob a forma de governos autoritários. “Não há reação mais nefasta diante de um trauma social do que a política do silêncio e do esquecimento, que empurra para fora dos limites da simbolização as piores passagens da história de uma sociedade” (KEHL, 2010, p.126). Ao lançar para além dos limites da simbolização os traumas sociais do Brasil, a comunidade deixa em aberto a possibilidade do eterno retorno do autoritarismo: “as políticas do esquecimento precisam ser enfrentadas, já que elas sustentam quadros de memória que balizam a repetição da exploração e da violência, sobretudo [...] de violência exterminadora” (SELIGMANN-SILVA, 2022, p. 19). O que observa-se, sistematicamente, ocorrer no Brasil.

Dessa forma, a história da república brasileira é marcada por atravessamentos periódicos de descumprimentos da regra democrática e ascensão dos governos autoritários. Como pode ser visto desde a república militar de Deodoro da Fonseca (1889-1891) e de Floriano Peixoto (1891-1894) os quais governaram parte do seu mandato presidencial em estádio de sítio. Em 1920, com o presidente Artur Bernardes, que teve quase todo o seu governo na base da exceção, também tendo declarado estado de sítio. Com a ditadura do Estado Novo, a exceção permanente eclode na centralização de poder nas mãos do Getúlio Vargas, no período de 1937 a 1945. Por fim, nosso principal foco de pesquisa aqui, o golpe civil-militar de

1964 a 1985, destituiu um presidente eleito legitimamente e instalou a ditadura. Na promulgação do Ato Institucional nº 5, o AI-5, de 13 de dezembro de 1968, deu contornos de lei à violência (SCHWARCZ, 2019, p. 225). Uma vez que foram suspensos o direito de expressão e a liberdade dos brasileiros, o governo autoritário aproveitou para eliminar e desaparecer com corpos dos opositores políticos.

E, por fim, o último período, de 2019 a 2022, quando não foi legalmente instalado o estado de sítio, mas indubitavelmente o Brasil viveu sobre um governo violento e autoritário, como aponta Lilia Schwarcz (2019, p. 225): “E talvez estejamos vivendo mais um novo capítulo dessa nossa história autoritária, com uma convincente guinada conservadora e reacionária, que surgiu das urnas no pleito de 2018”. Essa periodicidade do autoritarismo na política e a violência rotineira das instituições do Estado e do mercado estão internalizadas e naturalizadas na cultura brasileira.

2 FRAGMENTOS DA RUÍNA DE UMA VIDA E A EDIFICAÇÃO FRAGMENTADA DE UM ROMANCE

As pesquisas desenvolvidas sobre *K. relato de uma busca* impressionam tanto pela qualidade quanto pela quantidade, no Brasil e no exterior. Podemos apontá-lo, como bem ressaltou o professor Vincenzo Russo (2017, p. 36), como um “clássico da contemporaneidade brasileira, tanto pela recepção interna (várias edições, debate crítico e acadêmico, etc.) como pela projeção no exterior (várias traduções nas principais línguas: espanhol, inglês, alemão e, [...] italiano)”. Estas, em sua maioria, trabalham a chave de leitura da literatura de testemunho, em que se evidencia a relação autobiográfica entre a história narrada e acontecimentos traumáticos vivenciados pelo autor.

Apesar da linha de análise ser profícua, optamos por realizar uma abordagem crítica que visa tensionar a forma e o conteúdo, para desvendar o sistema composicional do romance, isto é, expor o conjunto de elementos ficcionais — pois, aparentemente, o próprio “livro foge a armadilha memorialista e se envereda pelo caminho da invenção” (VECCHI, 2014, p.142).

É importante enfatizar que não deixamos de lado os aspectos autobiográficos do autor, a fortuna crítica da obra e alguns conceitos pertencentes à teoria do testemunho, haja vista que a própria narrativa está intrinsecamente relacionada com eles. Ademais, com uma análise voltada para composição literária e considerando elementos culturais e históricos, o romance de B. Kucinski, na sua totalidade, representa-se como uma poética ou antipoética, uma memória contra o memoricídio. Em virtude disso, a prática genocida do desaparecimento forçado engendrada pelo Estado brasileiro como tecnologia de poder na ditadura militar¹ de 1964, além de eliminar os corpos, eliminou os rastros:

1. Apesar de boa parte dos estudiosos indicar a expressão ditadura Civil-militar, optamos pelo conceito “Ditadura Militar” para denominar o regime de governo e utilizaremos “golpe Civil-militar” para designar o golpe de Estado de 1964, pois como afirma Carlos Fico (2014, p. 9-10) “[n]esse sentido é correto designarmos o golpe de estado de 1964 como Civil-militar: além do apoio de boa parte da sociedade, ele foi efetivamente dado também por civis. [...] Entretanto o regime subsequente foi eminentemente militar e muitos civis proeminentes que deram o golpe foram logo afastados pelos militares [...] É verdade que houve o apoio de parte da sociedade também à ditadura posterior ao golpe [...] mas, como disse, não me parece que apenas o apoio político defina a natureza de um acontecimento, sendo possivelmente mais afetivamente considerar a atuação dos sujeitos históricos em sua efetivação. Por isso, admito correta a expressão “golpe civil-militar, mas o que veio depois foi uma ditadura indiscutivelmente militar”.

A ausência total de túmulo e de rastros prepara assim, na lógica nazista, os raciocínios negacionistas posteriores. Em nosso continente, a luta dos familiares dos desaparecidos também se opõe a mesma lógica política de aniquilação (GAGNEBIN, 2009, p. 116).

Logo, o regime dificultou as possibilidades de construção de memória, e propiciou uma cultura negacionista, na qual os agentes genocidas continuam o processo de destruição da memória. Eles são os memoricidas: “genocídio destrói a morte e as bases da memória coletiva. Os genocidas são memoricidas que também anulam os suportes da memória coletiva: eles destroem cemitérios, inscrições, o idioma, todas as marcas” (SELIGMANN-SILVA, 2022, p. 145), e os corpos. É contra o memoricídio consequente das ações demolidoras dos perpetradores genocidas e a consequente práticas negacionistas que *K. relato de uma busca* se erige.

2.1 As ruínas de uma vida e a composição fragmentada: o narrador, o tempo e o desvelamento da catástrofe contínua

K. relato de uma busca, que narra a jornada do personagem K. a procura da filha desaparecida durante o regime militar. Narra também o duplo sofrimento dele, perceptível em dois momentos da narrativa: o primeiro com angústia sobre a dúvida da condição de vida ou morte da filha sequestrada pelos agentes da ditadura em abril de 1974 (KUCINSKI, 2016, p. 142); e o segundo, com a dor da impossibilidade do luto, ocasionada pela morte e desaparecimento do corpo. No aspecto coletivo, o romance fabula ainda os escombros do “sumidouro de pessoas” ao dar ênfase a outras personagens históricas vítimas desse processo sistematizado pelo Governo brasileiro na ditadura militar, que se estendeu de 1964 até 1985. B. Kucinski representa na narrativa o desaparecimento forçado como um processo arquitetado sistematicamente pelo Estado brasileiro naquele período, mas cujas engrenagens continuam em vigor; e como uma prática social genocida instalada como tecnologia de poder, cuja função foi propagar o medo, exterminar os opositores e garantir inabalável o poder político.

No processo de formalização estética da ficção, é possível estabelecer algumas relações entre a forma e o conteúdo, uma vez que a organização dos elementos composicionais da narrativa evidencia o processo histórico-social plasmado no texto. Assim, observa-se na fatura do enredo um narrador que possui

uma linguagem objetiva, sem tantas descrições, um personagem principal que quase não fala, com discursos quase sempre indiretos. De fato, no texto, só é dito o que é extremamente necessário (em algumas situações nem isso, como acontece com a não nomeação e caracterização dos personagens principais) para a construção do enredo.

Em virtude disso, tal escrita sintética acarreta à fatura da obra um conjunto de capítulos curtos. Isso, talvez, possa ser atribuído à impossibilidade de narração em consequência do conteúdo narrado: “a violação da forma é inerente ao seu próprio sentido” (ADORNO, 2003, p. 60). O narrador em *K.*, à proporção que conta o itinerário da procura fracassada de um pai por sua filha, parece optar pelo discurso desnudado de adjetivações visando proporcionar mais dinamicidade aos fatos, o qual pode ser lido como uma necessidade de finalizar quanto antes o acontecimento narrado.

Além disso, a impossibilidade de o narrador contar o evento traumático da vida de *K.*, embora a forma o exija, fenômeno estético denominado por Theodor W. Adorno (2003, p.55) de “paradoxo da narração”, pode ser um componente na elucidação da objetividade e da concisão, bem como da presença de diversos narradores em *K. relato de uma busca*. Isto porque, ao longo dos capítulos, há perceptivelmente dois vieses políticos bem demarcados: o dos opositores políticos e o do regime repressor. Nessa dicotomia, o narrador cujo foco é o personagem *K.*, que pertencem ao *ethos* dos opositores políticos, não é o mesmo que narra os capítulos “A cadela”, “A abertura” e “Paixão, compaixão”. Estes são narrados em primeira pessoa, e o *ethos* de cada uma delas se alinha aos perpetradores golpistas ou está de alguma forma ligado a eles: “como se o narrador não pudesse ou não quisesse narrar a história dos horrores perpetrados” (RABELO, 2018, p.144). Talvez, por isso, o narrador não narre os fatos correspondentes à perspectiva dos agentes da ditadura militar, ficando a cargo dos agentes da ditadura tal missão: “o narrador se retira para que exposta, na voz da repressão ou de seus asseclas e subordinados, a crueldade, o sadismo, o ódio, o medo e o horror os quais ele, narrador, não quer compactuar” (RABELO, 2018, p. 144).

Ao que parece, “a narrativa que se apresentasse como se o narrador fosse capaz de dominar esse tipo de experiência seria recebida, justamente, com impaciência e ceticismo” (ADORNO, 2003, p. 60). Portanto, em virtude do assunto narrado – catástrofe familiar e o desaparecimento forçado na ditadura militar –, a economia do texto poético e os múltiplos narradores comportam-se na fatura da forma

artística como exigências da própria forma. Para Anatol Rosenfeld (2009, p. 97), a arte moderna externa “a tentativa que se revela no próprio esforço de assimilar, na estrutura da obra-de-arte (e não apenas na temática) a precariedade da posição do indivíduo no mundo moderno”.

Consequentemente, uma pergunta surge: por que o narrador onisciente, em capítulos como “Sorvedouro de pessoas”, “Os informantes”, “Os primeiros óculos”, entre outros, resiste à fabulação? Quiçá seja em razão da aproximação entre o narrador e o personagem K. O narrador onisciente em *K. relato de uma busca*, ao priorizar o tempo presente, estreita a sua distância com o personagem principal. Consoante ao que Rosenfeld denominou “perda de perspectiva”, ou seja, a ruptura entre o narrador e o mundo projetado. Consequentemente, o foco narrativo deste narrador específico se concentra nas ações e pensamentos de K., sobretudo em acontecimentos que circundam o desaparecimento da filha, mais que narrar com intenção de estabelecer organização estrutural do texto. Além disso, a composição possui estrutura não linear, com idas e vindas, ora assemelhando cortes de cenas cinematográficas, ora como fluxo de consciência: “o narrador está atacando um componente fundamental da sua relação com o leitor: a distância estética. No romance tradicional, essa distância era fixa. Agora ela varia como as posições da câmera do cinema” (ADORNO, 2003, p. 61).

Como resultado, com aproximação do narrador ao evento contado, a categoria de tempo é modificada. O foco narrativo, em *K. relato de uma busca*, almeja, de forma microscópica, acompanhar a trajetória de K. em busca da filha. Como consequência desse estreitamento estético, o tempo ganha contornos que vão além da coerência estrutural sob uma ordem dos acontecimentos.

Vejamos uma possibilidade de sistematizar em três partes a narrativa mediante a categoria do tempo:

a) o romance inicia no tempo presente, com uma intersecção com o passado. O narrador em primeira pessoa, irmão da desaparecida política, filha de K., narra o que mais adiante será denominado pelo narrador onisciente como “totalitarismo institucional” (KUCINSKI, 2016, p. 156): a entrega recorrente de cartas endereçadas à desaparecida política, o que o narrador interpreta como uma forma de tortura psicológica.

b) A partir do segundo capítulo, a obra apresenta dois tempos: no primeiro, narra-se o passado em que ocorre o desaparecimento da filha de K., o

itinerário da busca realizada pelo pai para encontrá-la, e a derrocada dos opositores do sistema repressor; ademais, ao passo que o narrador fabula a busca de K. pela filha, narra o passado dele na Polônia nazista.

c) Volta ao presente, no último capítulo: o narrador em primeira pessoa, irmão da desaparecida política, narra sobre a campanha da Ordem dos Advogados do Brasil cuja função era convencer o poder judiciário brasileiro a refletir sobre uma nova interpretação da Lei da Anistia. Nesta campanha aparece a filha de K. interpretada por uma atriz na televisão, a qual falava sobre o seu desaparecimento forçado no período da ditadura. No momento em que essa campanha era veiculada, o sobrinho da desaparecida é surpreendido por um telefonema no qual a pessoa se identifica como a tia morta e desaparecida, mais uma artimanha do sistema repressor para repassar o sofrimento ocasionado pelo desaparecimento às gerações futuras dos familiares dos mortos e desaparecidos.

Agora vejamos alguns pontos importantes sobre o tempo narrativo em *K.* para o desenvolvimento da nossa análise crítica.

Ao analisarmos o tempo na narrativa, observamos a seguinte disposição dos eventos na trama: o romance se inicia no tempo presente, volta-se para o tempo de um acontecimento no passado e posteriormente retorna ao presente. Entretanto, no universo simbólico, a sequência temporal dos eventos é apresentada como passado, presente e futuro, isto é, a narrativa é organizada linearmente, essa é a ordem natural da ficção, claramente possível neste universo, como é possível o exército matar cidadãos da sua própria pátria, como, também, é possível um pai não encontrar o corpo “desaparecido” da filha pelo sistema que foi responsável pela morte dela. Tal sistema sabe onde está o corpo e sabe que o pai também sabe que o regime autoritário é o responsável pelo assassinato. Porém, o regime nega saber o paradeiro dos restos mortais. O texto de Kucinski aparenta uma continuação temporal que rompe com o princípio racional relativamente ao tempo cronológico marcado pelos ponteiros do relógio.

Essas duas possibilidades de tempo na narrativa são dialéticas e concomitantemente absurdas. A forma em *K. relato de uma busca*, antes de ser “a resolução de uma dissonância da existência, um mundo onde o contrassenso parece reconduzido a seu lugar correto, como portador, como condição necessária do sentido” (LUKÁCS, 2009, p. 61), tem como objetivo, apresentar-se ela própria

dissonante, fragmentada, caótica, como é caótica a própria existência. Assim sendo, o contrassenso do mundo se apresenta na estruturação da obra. Logo, ela almeja antes levar a um lugar de inquietude e desconforto que propor um lugar seguro e organizado.

Tanto Adorno (2003) como Rosenfeld (2009) comentaram sobre o tempo no romance do início do século XX. Para eles, esta categoria narrativa que surge a partir da “impossibilidade de narrar”, da “diminuição do distanciamento estética do narrador” e da “descentralização do narrador” é o tempo do “fluxo de consciência” ou do “monólogo interior”, formas nas quais passado, presente e futuro se entrelaçam respondendo a uma ordem a partir da mente da personagem. Tal estratégia foi utilizada como possibilidade inerente da forma nos cataclismos do contexto histórico-social do século XX.

Conquanto, em B. Kucinski, encontramos um entrelaçamento entre passado, presente e futuro não como um fluxo de consciência, mas semelhante ações das personagens. Se percebemos essa desordem temporal, é porque na apreciação do enredo, partimos do referente empírico, embora a própria ficção parece seguir uma relação cíclica, repleta de avanços e retrocessos que não correspondem ao tempo externo. O tempo em *K.* parece representar, assim, a maneira pela qual o regime repressor age nas instituições brasileiras. Logo, uma estrutura estética, cuja organização temporal ilógica evidencia uma conjuntura estrutural negacionista e repleta de contradições absurdas para justificar os extermínios perpetrados pelo Estado brasileiro.

A violência e o autoritarismo advindos da ditadura militar estão enraizadas na estrutura política e social brasileira de tal forma que no decorrer da história se apresentam como ameaças contra a democracia. O tempo cíclico no romance parece reproduzir o tempo da violência cometida contra os familiares dos opositores políticos desaparecidos e a presença real de um sistema político repressor em funcionamento, um tempo infundável, um tempo que não passa.

Desse modo, todo esse aparente caos se soma na arquitetônica composicional e, dentre outras questões, faz dessa ficção uma das principais sobre a temática da ditadura militar. Como afirmou Walter Benjamin (2012, p. 37), ao analisar a poética de Marcel Proust, “todas as grandes obras literárias ou inauguram um gênero, ou o ultrapassam, isto é, constituem casos excepcionais”. *K. relato de uma busca* parece ter conseguido alcançar tal patamar. Entremos, então, nas tessituras

desta obra para compreendermos a poeticidade das ruínas composicionais do romance.

2.2 A estética da dor e a linguagem do sofrimento

A narrativa de Kucinski excede a norma do gênero romanesco da “busca”, palavra presente em seu subtítulo. Os textos a enveredar pela forma desse gênero possuem, como elemento fundamental, o suspense como estratégia predominante. É o retardamento da informação a ser descoberta o fio condutor do enredo de tais textos, como nos contos investigativos de Edgar Allan Poe. O objetivo é obter a atenção do leitor, prendê-lo ao texto. Todavia, a ficção da *busca* em Kucinski, aparentemente, segue por um caminho outro: não guarda suspense sobre a personagem desaparecida, visto que, desde o início, enfatiza o fracasso do pai em encontrá-la, até mesmo para os mais curiosos que queiram saber sobre o destino da vítima e sobre o responsável por tal crime. Tudo é informado no primeiro capítulo. A filha do velho pai “foi sequestrada, torturada e assassinada pela ditadura militar” (KUCINSKI, 2016, p. 15). Logo, a questão que surge a partir disso é: se o texto não visa explorar o suspense na narrativa, qual, então, é a sua proposta?

A ficção aqui estudada estabelece como objetivo principal construir simbolicamente o desaparecimento forçado na ditadura militar, rememorar os conflitos entre os familiares e os algozes da ditadura, e provocar reflexões sobre a condição da sociedade diante dos fatos ocorridos nesse período histórico. Isto é, ele expõe os esforços empreendidos pelas famílias dos desaparecidos políticos em plena ditadura, tendo o personagem K. como símbolo. Além disso, o romance evidencia as estratégias do sistema genocida dos militares do governo de 1964, que, ao passo que cometiam os sequestros, as torturas e os assassinatos com desaparecimento dos corpos, negavam que tudo isso havia de fato ocorrido.

Portanto, o romance apresenta uma composição que pretende sobretudo impactar o leitor para despertá-lo da alienação política: “alguns anos mais e a vida retomará uma normalidade da qual, para maioria, nunca se desviou” (2016, p. 85), do que suscitar o suspense e proporcionar a fruição do belo. Belo aqui conceituado como “não uma qualidade, como se supõe, mas um efeito; referem-se, em suma, precisamente aquela intensa e pura elevação da alma” (POE, 2009, p. 117). Assim sendo, o romance evidencia o poderio do sistema repressor e o fracasso da busca do

pai, como também, a resistência daqueles que se erigiram contra o governo militar.

Embora *K. relato de uma busca* tenha uma rotina, “o telefonar uma vez por dia, o almoço aos domingos” (KUCINSKI, 2016, p. 16), e uma quebra da mesma: “há dez dias a filha não telefona” (KUCINSKI, 2016, p. 16). A tensão não está no pai encontrar ou não encontrar a filha. Não há tensão, mas um conjunto de acontecimentos resultados de uma série de desventuras. Logo, não se está encarando uma sucessão de ações vitoriosas até chegar à resolução do caso, porque o que está adiante de nós, são as desventuras dos vencidos, das vítimas e seus familiares na repressão.

Vejamos, então, algumas leituras da fortuna crítica consoante o conteúdo da forma realizadas sobre *K. relato de uma busca*. Em conformidade à organização dos capítulos, pode ser observado que no primeiro capítulo, o narrador, como vimos, remonta o tempo presente da escrita da obra, datada em 2010, em que relata a entrega, no seu endereço, de um cartão de crédito à irmã que fora “desaparecida”, sequestrada, torturada e assassinada e teve o seu corpo ocultado em meados de 1974, no auge da ditadura militar. No segundo capítulo, “Sorvedouro de pessoas”, o narrador em terceira pessoa, onisciente, relata o início da busca de K. por sua filha e os seus traumas advindos do genocídio nazista. Ou seja, do primeiro para o segundo capítulo saltamos de 2010 para 1974. Bem mais adiante no romance, o capítulo “A reunião da congregação”, que narra a reunião dos professores de Química da USP e o processo de votação da expulsão da professora, é informado que “passaram-se dezenove meses desde o desaparecimento da filha de K.” (KUCINSKI, 2016, p. 142). No capítulo “No barro branco”, quase ao final do romance, no qual é narrado a morte de K., ao expor a entrada dele no presídio para indagar aos presos algo a respeito da filha desaparecida, o tempo retrocede: “Haviam se passado catorze meses da impensável desaparecimento da filha” (idem, p. 159). Essa forma de organização dos capítulos e das situações-limite, conforme a leitura de Eurídice Figueiredo, “incita no leitor não propriamente uma compreensão racional, mas uma empatia existencial” (2017, p. 137).

Maria Zilda Ferreira Cury (2020, p. 64-65) indica que a estrutura fragmentária e as várias vozes narrativas em *K. relato de uma busca* assumem vários pontos de vista nos quais os discursos que giram em torno de K. parecem uma tentativa de “reunir fatos dissociados e fracionados da vida de sua filha, de modo a reconstruir um todo que seria enfim coerente, integral, de sua vida, uma tentativa vã

de preencher tantas lacunas deixadas pelo seu desaparecimento”. Talvez não fosse equivocado ler a fragmentação narrativa como representação da vida fragmentada não só da filha de K. mas também da família e do contexto social da época. Para Roberto Vecchi (2016, p. 143)., a estrutura fragmentária do romance de B. Kucinski é “[a] economia da ausência enquanto material”. A “economia da ausência” parece ser explicada pela presença do que não está posto. Elementos linguísticos coesivos entre capítulos são eliminados, sendo o desaparecimento da filha de K. e irmã do narrador o elemento estabelecedor da coerência da ficção.

Essa forma pela qual foi composto o romance pode ser lida como a materialização da memória fragmentária, da subjetividade fraturada de K., ou seja, materializa as consequências da “experiência traumática”. Representa-se, assim, a memória fragmentada do autor na estrutura do romance com a fragmentação na independência estrutural entre os capítulos. Logo, é possível observar no conceito de “economia da ausência” outro ponto referente à forma estruturante de *K. relato de uma busca* que potencializa a questão do desaparecimento.

É o que Leila Lenhen (2014) parece apontar ao utilizar o conceito de Renato Lessa, “negatividade da experiência”. Segundo a pesquisadora, “[a] negatividade da experiência’ de K. se traduz na sua incapacidade de articular uma narrativa que dê sentido à tragédia”. Essa dificuldade de articulação pode ser encontrada no texto, sobretudo se atentarmos à profusão de gêneros textuais – lápides, informes, relatos de sonhos, descrição e análise de terapia, livro da vida militar, cartas e telefonemas – , à qual o autor lança mão para dar forma à tragédia pela qual a sua família foi vítima. E o resultado desse aglomerado de gêneros foi uma obra em retalhos, tecida em blocos cinzentos, desprovida das cores vívidas que simbolizam a vida, atravessada pelo desaparecimento e a dor. Como dar forma ao inominável? Como estruturar simbolicamente algo que mesmo a palavra não atinge? Como poetizar a catástrofe?

Theodor W. Adorno (2021, p. 94), no ensaio “Crítica cultural e sociedade em 1949”, portanto pós-Segunda Guerra, é categórico ao responder a estes questionamentos: “escrever um poema após Auschwitz é um ato de barbárie”. Antes de propor o fim absoluto da narrativa, o autor se refere à condição de narrar as aventuras vitoriosas de uma guerra, guardar memórias de heróis, por aqueles que vivenciaram de perto as ruínas dos conflitos bélicos e as atrocidades nazistas. O filósofo, assim, antes de fechar a porta do caminho da beleza da produção estética

narrativa, abre uma fresta para o caminho labiríntico das narrativas doloridas do período caótico atravessado por genocídios e guerras.

Com isso, o que se espera sobre a produção artística do mundo pós-catástrofe, segundo a afirmação de Adorno, que seria retomada mais tarde diversas vezes, inclusive na obra em que trabalhava no momento de seu falecimento em 1968, a *Teoria estética*, não é o fim das narrativas, mas que a inevitável característica das grandes obras literárias perpassasse pelos temas que marcaram profundamente a sociedade, por exemplo, a escravidão, o genocídio indígena, nazista e demais genocídios, das guerras do século XX e das ditaduras da América Latina. Dessa forma, sem deixar de se haver com a monumental aparência onipresente das ideologias dominantes, as grandes obras literárias construiriam antimonumentos com memórias e resistências.

Para Adorno, essa nova literatura que rememora simbolicamente a catástrofe, terá inevitavelmente a sua estrutura abalada. A forma da obra que almeja mimetizar o horror já não consegue a sua composição ao modo tradicional realista. Adorno constata na banalização do absurdo de um Kafka o caminho possível da forma pós-catástrofe – sobretudo quando se trata de narrativas escritas por aqueles que viveram de perto as dores do cataclismo. Posto que, a estrutura do texto narrativo transmuta a depender da estrutura social em um dado momento histórico.

Além disso, “nesse sentido, os problemas estéticos estariam diferentemente ligados a problemas referentes ao contexto, às condições de produção” (GINZBURG, 2017, p. 130). Portanto, a estrutura fragmentada de *K.* aponta também à incapacidade de reconstruir simbolicamente o trauma do desaparecimento. A história da obra parece não caber em si, a dor ali contida é incomensurável à palavra. Por conseguinte, dos fragmentos das ruínas de uma vida, edifica-se um romance fragmentado. A estética da dor e a linguagem do sofrimento não podem ser outro senão um amontoar de ruínas. E nessa busca de dar forma estética ao sofrimento familiar e social na ficção, com todas as suas idiosincrasias, observamos a potência de *K. relato de uma busca*.

Leila Lenhen (2014), no mesmo artigo citado anteriormente, afirma ainda que “a estrutura fragmentária do romance de Kucinski também aponta à tensão inerente à interpretação histórica”. Se há pouco evidenciamos o conceito da “negatividade da experiência” no campo da memória individual, subjetiva, aqui a afirmação da pesquisadora parece apontar a relação entre o trauma narrado e o

problema presente na memória social brasileira no que se refere à ditadura militar. Sobre essa hipótese, vale tomar nota das ponderações sobre campo social e estética literária do filósofo Adorno (1988, p. 16): “os antagonismos não resolvidos da realidade retornam às obras de arte como problemas imanentes de sua forma”.

A fragmentação da obra, nessa perspectiva, plasma um entrave latente no seio social em plena ditadura militar de 1964, qual seja, uma sociedade fragmentada cuja divisão consiste em um setor formado por grandes empresários e por considerável parte da igreja que apoiavam o regime ditatorial; e, em outro, formado pela classe estudantil, intelectuais, artistas e grupos políticos, os quais combatiam o sistema repressor. Esta leitura colabora com a hipótese da nossa pesquisa, qual seja, que a fragmentação do romance de B. Kucinski internaliza a estrutura social do contexto da ficção, assolada, fragmentada, pelo processo social genocida engendrado pelo Estado Brasileiro.

Decerto, justifica-se a exposição dessas duas leituras sobre a fragmentação em *K. relato de uma busca*, sobretudo devido ao duplo movimento interpretativo que pode ser realizado no próprio livro: a ficção retoma um trauma ligado à memória individual de um dos narradores e do seu pai, K., o desaparecimento da irmã e filha e um trauma coletivo, os vários desaparecidos e o sofrimento dos familiares. Ambos os traumas condensam possibilidades interpretativas sobre a forma da fragmentação da obra de B. Kucinski.

Nelly Richard (2002, pp. 79-80) afirma:

A experiência da pós-ditadura amarra a memória individual e coletiva às figuras da ausência, da perda, da supressão, do desaparecimento. [...] É evidente que a epopéica tarefa de ter que reinventar linguagens e sintaxes, como sobrevivência à catástrofe ditatorial, que submergiu corpos e experiências na violência desintegradora dos múltiplos choques e explosões de identidade, bem como o enfrentamento com os códigos, como se a batalha do sentido fosse assunto de vida ou morte.

Consoante a estruturação da narrativa, pode-se reiterar que os capítulos curtos apresentam uma interligação em uma ordem não cronológica, mas podem ser comparados com imagens diversas e perspectivas diferentes sobre o desaparecimento e os familiares dos desaparecidos políticos, tem o propósito de potencializar a temática emoldurada e desnudar a complexa condição social da ditadura de 1964. A nova forma de estruturação do gênero romanesco da busca e a

economia da ausência enquanto material configuram-se como engrenagens composicionais nas quais o desaparecimento forçado ganha forma poética. Tudo isso são rastros da incerteza e da violência, as quais foram incorporadas pelas formas simbólicas da cultura pós-ditadura.

Em síntese, o engendramento entre o caos social e a forma simbólica em *K.* almeja, ao menos, apontar um problema real e atual, qual seja, o sistema social genocida implantado na ditadura militar e uma profusão de meios para encobrir os crimes, ainda atuante no seio político e social, e vislumbra, em última instância, despertar a consciência social sobretudo para forjar um campo simbólico de resistência.

3 O DESAPARECIMENTO COMO ESTRATÉGIA NARRATIVA EM K. RELATO DE UMA BUSCA: A DIALÉTICA DO ABSURDO

K. relato de uma busca possui 29 capítulos. Desses, o primeiro, “As cartas à destinatária inexistente” e o último, “*Post Scriptum*”, emolduram os demais. O capítulo que abre o romance é narrado, como já assinalamos, em primeira pessoa, pelo irmão da personagem desaparecida, no tempo presente (2010). Neste primeiro capítulo o narrador personagem discorre sobre a recorrente absurda ação dos Correios de entregar correspondências no antigo endereço dele para sua irmã, uma “oferta sedutora de um produto ou serviço financeiro”, ainda desaparecida (KUCINSKI, 2016, p. 13). A mais recente dessas ofertas oferecia um cartão de crédito com várias vantagens financeiras. O narrador, em tom melancólico, elucida a impossibilidade tanto destas quanto de tantas outras primazias “que ela hoje merecia se a sua vida não tivesse sido interrompida” (KUCINSKI, 2016, p. 13). As tais possibilidades inatingíveis se evidenciaram precisamente devido à ação criminosa orquestrada pelo estado terrorista brasileiro. O narrador chama atenção ao fato de ele quase ter cometido um equívoco de apagamento de memória, uma vez que por muito pouco não vendeu a casa para a qual as correspondências endereçadas a irmã “desaparecida” não paravam de chegar e a respeito da qual o filho mais velho dele, narrador personagem, sentia uma melancolia memorialista: já que “para ele essa casa é o lugar da totalidade de suas lembranças” (KUCINSKI, 2016, p. 15). O que, em certa medida, apresenta-se como uma tenaz sátira ao Brasil, uma vez que historicamente no país acumulam-se atrocidades perpetradas e silenciadas pelo Estado.

Os demais 27 capítulos podem ser divididos em três grupos: o primeiro deles, apresenta a saga de K., o pai em busca da filha desaparecida política, tendo de lidar com traumas decorrentes do fato de que ele sobreviveu ao nazismo: “Sorvedouro de pessoas”, “Os informantes”, “Os primeiros óculos”, “O matrimônio clandestino”, “Jacobó, uma aparição”, “Nesse dia, a terra parou”, “A Matzeivá”, “Os desamparados”, “Imunidades, um paradoxo”, “Na Baixada Fluminense, pesadelo”, “Um inventário de memórias”, “O abandono da literatura”, “Os extorsionários”, “Os nomes e as ruas” e “No barro branco”.

O segundo grupo, é composto por vozes da resistência contra a ditadura. Neles se evidencia a complexidade desse universo, os paradoxos de lutar uma luta perdida – desconstruindo a ideia da teoria dos dois demônios – organização e

desorganização da luta armada: “A queda do ponto”, “Carta uma amiga”, “Livros e expropriação” e “Mensagem ao companheiro Klemente”.

O terceiro e último grupo reúne capítulos em que há perspectivas dos agentes do estado genocida, militar e civil, sobre as ações desencadeadas durante a ditadura militar brasileira de 1964, são esses: “A abertura”, “A terapia”, “A cadela” e “O livro da vida militar”.

O romance pode, assim, ser dividido em dois eixos, o inferior e o superior em uma relação social de poder: no eixo inferior há os quais lutaram contra a ditadura, o sobrevivente (o pai), o narrador personagem (o irmão), os familiares dos desaparecidos; e no eixo superior há os militares e empresários coniventes com a perspectiva do Estado que perpetrou o desaparecimento como um processo social genocida. O texto, a partir da relação na dialética entre o eixo superior e o eixo inferior, apresentará situações entendidas como absurdas, mas naturalizadas no plano histórico e formal.

Após essa visão panorâmica da obra, voltemos à atenção para o fragmento a seguir do romance.

De tempos em tempos, o correio entrega no meu antigo endereço uma carta de banco a ela destinada; sempre a oferta sedutora de um produto ou serviço financeiro. A mais recente apresentava um novo cartão de crédito, válido em todos os continentes, ideal para reservar hotéis e passagens aéreas. (KUCINSKI, 2016, p. 13)

É notório a ocorrência que fere a razão no primeiro capítulo desse romance: um banco emitir cartas à destinatária que faleceu há bastante tempo, por mais que transpareça naturalidade. E não por acaso ele inicia expondo esse fato. A forma que o narrador personagem expõe o ocorrido, isto é, o ar de naturalidade que imprime, aponta para um mecanismo que atravessa toda a obra: um jogo dialético entre o eixo detentor do poder, do Estado e as suas instituições, contra o eixo dos “vencidos”, as vítimas do Estado genocida. O narrador que expõe o fato ilógico com naturalidade parece apontar essa condição alienada da sociedade brasileira diante do fato histórico da ditadura militar.

No trecho recém citado, observamos que a ação dos Correios de enviar carta à destinatária assassinada e desaparecida, longe de ser um equívoco, é uma ação da repressão ainda em funcionamento visando, com mentiras, perpetuar a sua versão da história. Por outro lado, como uma força tensionadora, o narrador, irmão da

vítima, expõe essa farsa da repressão cujo interesse era dissimular os crimes que cometeu. É a essa relação tensionadora entre as estratégias dos golpistas genocidas, contra as estratégias de denúncia dos opositores, apresentados tanto no plano do conteúdo, como na forma que denominamos dialética do absurdo. Esta, por sua vez, como veremos, é uma das estratégias estilísticas composicionais da arquitetura poética do romance kucinskiano.

A dialética do absurdo, entendida aqui como conceito transhistórico, é definida como o contrário entre dois fenômenos empíricos, cuja síntese é a tensão entre o discurso ilógico, porém prevalecente, dos perpetradores, e o discurso coerente das vítimas, contudo fragmentado e silenciado. Em outras palavras, podemos entender a dialética do absurdo como manifestação discursiva fantasmagórica, recriando simbolicamente a ideia de um mundo de aparente progresso econômico, de ordem moral e de segurança nacional, um mundo-fetice que tenta encobrir seu fundamento, um processo social genocida contra aqueles que resistem ao sistema.

É possível aproximar este conceito com o de fetiche da mercadoria de Karl Marx, a condição da mercadoria conter as características do trabalho humano como se fossem características essenciais dela própria (MARX, 2013, p. 2016). Ao mesmo tempo, a aproximação ao conceito de fetiche da mercadoria conduz a uma crítica da euforia social – a ideia de um progresso triunfante – provocada pelo acúmulo de capital e pelas novas mercadorias que surgem no final do século XIX e início do século XX. Alegoricamente, tal crítica se apresenta no conceito de fantasmagoria de Walter Benjamin (2009), ilustrado pelas construções luxuosas com ferro e vidro das passagens de Paris, enquanto as grandes cidades passavam por um aumento acelerado da população e diversos problemas sociais.

Na ideia benjaminiana, o acúmulo de ruínas encobre e revela: miséria, aumento da desigualdade social, genocídios e etnocídios desencadeados pela expansão do capitalismo. Com o surgimento e a utilização do vidro e do ferro nas construções das passagens em Paris na arquitetura no final do século XIX, projetadas a fim de propagandear a mercadoria, e provocar, com o acúmulo de capital, o efeito de contentamento social, a fantasmagoria guarda em si a condição de tornar opaco a miséria do povo nos grandes centros urbanos (BENJAMIN, 2009).

Logo, tanto o conceito de fetichismo da mercadoria, quanto o de fantasmagoria se entrelaçam para nos ajudar a esclarecer o conceito de dialética do absurdo: ele visa dar a ver as estratégias da burguesia e do Estado de alienação social

no Brasil. Marx pretende explicar as leis do acúmulo do capital a partir da mercadoria. Benjamin reflete sobre o acúmulo de capital a partir das estratégias de propaganda e arquitetura luxuosa e monumental. Em *K. relato de uma busca*, o objetivo de manter o poder do Estado pelo regime militar exige o encobrimento dos crimes que fundamentam o momento de violência cruenta da expansão do capitalismo no Brasil nos anos 1960, 70 e 80.

Passemos a uma análise deste conceito no romance.

Observem-se os períodos:

- a) Os correios entregam recorrentemente cartas de uma agência bancária à destinatária;
- b) a destinatária está morta há mais de três décadas.

O absurdo na síntese desses dois períodos da obra analisada não é o óbvio, o reiterado envio de cartas a uma falecida, mas consiste na negação do segundo fenômeno pelo discurso oficial, ou seja, o estado terrorista brasileiro nega e forja discursos sobre a morte da irmã do narrador. O que gera na sociedade aquilo que o narrador chama “produto do esquecimento coletivo” (KUCINSKI. 2016, p. 15). Esquecimento coletivo construído pelo discurso negacionista e burlesco dos perpetradores sobre os desaparecimentos forçados e demais atrocidades.

Essa ficção estrutura sua composição a partir das ilusões discursivas que possui como elemento proeminente o apagamento, o desaparecimento, a presença da ausência. Consoante ao dado biográfico, como já exposto, o desaparecimento em *K.* é um fator estruturante, um dos elementos da redução estrutural – para lembrarmos um conceito caro a Antonio Candido (2015, p. 9): “processo por cujo intermédio a realidade do mundo e do ser se torna, na narrativa ficcional, componente de uma estrutura literária”.

Por conseguinte, procedimento estético de composição da ficção parece interligado com o desaparecimento forçado na ditadura militar, uma vez que este é o tema central da obra. O desaparecimento aparecerá tanto como tecnologia de manutenção do poder (FEIERSTEIN, 2007), utilizado pelo regime golpista, em um sistema no qual ele arquitetou desde o sequestro até toda a rede de mentiras e dissimulação; como a memória de resistência pelos familiares de desaparecidos políticos. Assim, a narrativa se constitui a partir de elementos estéticos que buscam na sua própria forma evidenciar a temática do desaparecimento. Vejamos como se constrói esteticamente tal relação na estrutura do texto.

Ainda no primeiro capítulo, saltam à vista as expressões que o narrador utiliza para se referir à sua irmã. No primeiro parágrafo, o narrador utiliza um pronome pessoal “ela”, o que causa estranhamento uma vez que o termo anafórico não retoma nem um vocábulo. Espera-se, então, que o nome da personagem apareça, todavia isso não se confirma em todo romance, a não ser a abreviação A., que também rompe a norma linguística, pois não há a forma vocabular dessa abreviação. Analisaremos essa questão do nome posteriormente. Gostaríamos de frisar por agora outros modos que o narrador utiliza para se referir à personagem e ao fato de ter sido torturada, assassinada e ter o corpo desaparecido. Eis algumas dessas expressões: “inexistente”, “vida interrompida”, “[e]la não existe”, “destinatária ausente”. Eles revelam um fato, um corte no ato de existir da desaparecida. Como entender essa condição de não existência enfatizada pelo narrador? Vejamos uma possível interpretação.

As informações sobre a destinatária inexistente que chegam ao leitor são espalhadas no decorrer do capítulo, em segundo plano e em suspense. Apenas no último parágrafo é informado que ela foi torturada, morta e desaparecida pelos militares. Tanto os Correios como o banco ignoraram esse fato, como mostra o envio de cartas repetidas vezes à destinatária falecida há mais de trinta anos. Esse lapso das instituições é demasiadamente estranho, uma vez que é estranho também a opção léxica do narrador ao se referir à irmã morta.

Vejamos algumas expressões nos trechos seguintes: “como é possível enviar reiteradamente cartas a quem inexiste [...]. Ignoram que a destinatária já não existe [...] isso que quase não havia quando ela existia e que agora que ela não existe lhe é oferecido” (KUCINSKI, 2016, p. 13-14). A voz narrativa repete três vezes a ideia de “não existência” da irmã. Estes vocábulos, por sua vez, não têm uma relação metafórica simples e imediata com o conceito “ter falecido”. Eles parecem ir além da condição de morte. O conceito inexistir e a sua insistente repetição pelo narrador apontam para a possibilidade de eliminação, de apagamento da memória e da própria condição de existência da irmã. Essa leitura só é possível devido à condição paradoxal na qual a irmã do narrador se encontra: foi assassinada e o seu corpo nunca foi encontrado. Contra o apagamento da existência dela, K., o pai da desaparecida, tentou realizar o ritual Matzeivá, uma vez que, na tradição judaica “a lápide deve ser colocada um ano após a morte, quando, segundo os gonim, os sábios, torna-se mais viva a lembrança do morto” (KUCINSKI, 2016, p. 74). O pai desejava reintroduzir a

memória da filha no mundo dos vivos. Porém, à realização desse ritual, é fundamental a presença do corpo, “sem o corpo não há rito, não há nada [...] só corpos purificados podem ter seu jazido no cemitério judaico” (KUCINSKI, 2016, p. 75).

Utilizando-nos de uma espécie de “interpretação figural” – definida por Erich Auerbach (2009, p. 62) como uma interpretação que “estabelece uma relação entre dois acontecimentos ou duas pessoas, na qual um deles não só significa a si, mas também ao outro e este último compreende ou completa o outro” – ou seja, “uma interpretação anacrônica do passado, uma leitura do antigo, segundo o modelo do novo” (COMPAGNON, 2010, p. 56) – voltemos a análise ao percurso do pai em busca da filha, a partir de abril de 1974, conforme apresentada no capítulo “Matzeivá”:

‘O que você está pedindo é um absurdo, colocar uma lápide sem que exista o corpo...’ O rabino é enfático [...] não só rejeita o pedido como demonstra frieza ante o seu drama. [...] A falta da lápide equivale a dizer que ela não existiu e isso não é verdade: ela existiu, tornou-se adulta, desenvolveu uma personalidade, criou o seu mundo, formou-se na universidade, casou-se. (KUCINSKI, 2016, p.73-74)

O capítulo “Matzeivá”, contudo, inicia com o discurso direto do rabino negando a realização da cerimônia póstuma da filha de K.: “O que você está pedindo é um absurdo, colocar uma lápide sem que exista o corpo”. Ao personagem K., pai da destinatária inexistente, é negado o direito ao luto. Ele, diante da tragédia familiar, almejava apenas naquele momento fixar um monumento comprobatório da existência da filha, de tornar “mais viva a memória”, de realizar a terapia do luto, de construir um lugar de memória, de tornar mais viva as lembranças dos mortos, um monumento no plano terreno que ateste à posteridade a existência da filha. Tudo isso foi negado. Mais do que narrar o ocorrido, o romance de B. Kucinski narra o que não se concretizou, mesmo diante do todo empreendimento realizado pelo velho pai.

Os vocábulos “inexistente” e “não existe” do primeiro capítulo indicam não só a morte da desaparecida política, mas também a eliminação, o desaparecimento e a própria condição de não existir da personagem assassinada pelo Estado ditatorial, tendo, a seguir, seu luto impossibilitado ou ao menos muito dificultado. Relacionando a passagem em torno da matzeivá com o primeiro capítulo, torna-se mais potente a ênfase do pai após o rabino rejeitar o ritual fúnebre: “a falta de lápide” seria o mesmo que negar a existência da filha.

K. buscava diante do rabino evitar o esquecimento da filha e mais do que

isso, pretendia situá-la dentro do campo simbólico da existência humana. Isso explica a afirmação óbvia de K.: “ela existiu” e, na sequência, a exposição das etapas da vida percorridas pela filha antes de ser sequestrada e morta. Essa afirmação parece ilógica, absurda, como é absurdo, segundo o rabino, o pai querer o rito sem corpo e, para K., toda a frieza do rabino diante do seu sofrimento. Essa dialética de absurdos, assim como a dialética no primeiro capítulo expresso nos vocábulos utilizados pelo narrador para se referir à irmã, aponta para um projeto social de extermínio com viés político, arquitetado pelo regime repressor, o qual objetiva por meio do apagamento da memória dos mortos e desaparecidos na ditadura, perpetuar a sua versão da história.

3.1 Tensão entre tradição e humanismo

O romance de B. Kucinski pode ser descrito como uma narrativa de acúmulo de ruínas subjetivas, de fracassos, as quais iniciaram na Polônia, passaram pela vinda de K. para o Brasil, depois da invasão dos nazistas. “K. tinha trinta anos quando foi arrastado pelas ruas de Wloclawek, acusado de subversão pela polícia polaca. Por isso, emigrou às pressas, deixando mulher e filho” (KUCINSKI, 2016, p. 37). Sofreu as mortes dos familiares, da sua irmã Guita, que “morreu tuberculosa no frio da prisão” (KUCINSKI, 2016, p. 37), e as mortes dos familiares da sua primeira esposa, a “sua família, como a maioria dos judeus de Wloclawek, havia sido dizimada. Todos. Os pais, os irmãos, os tios e sobrinhos” (KUCINSKI, 2016, p. 39). Sofreu também o falecimento da primeira esposa, “o câncer na mama apareceu logo depois do relatório” emitido pela comissão que foi investigar os boatos sobre os campos de extermínio nazista (KUCINSKI, 2016, p.39), chegando ao ápice da dor, já no Brasil, três décadas e meia depois, com o assassinato da sua filha pelos militares golpistas: “foi sequestrada, torturada e assassinada pela ditadura militar” (KUCINSKI, 2016, p. 15). O rabino, que demonstrou “frieza ante seu drama”, negou estabelecer um monumento de memória de uma filha para o pai desolado. Isso porque o pai, mesmo depois de tanta procura, não havia conseguido descobrir os despojos mortais da filha.

“O rabino é enfático” ao negar a lápide e categórico ao expor a questão como absurda: “O que você está a pedir é um absurdo, colocar uma lápide sem que exista o corpo” (KUCINSKI, 2016, p. 73-74). Dessa forma, além da impossibilidade do

luto, há também o deslocamento discursivo do absurdo. Isto é, o rabino, alienado pelo discurso autoritário dos militares do poder, que pregavam aos quatro ventos a oposição política como um grupo de terroristas extremamente perigosos para a nação, não consegue exercer as práticas fundamentais da sua profissão de fé: “mas ela era terrorista, não era?” (KUCINSKI, 2016, p. 77).

Não custa lembrar que o conceito “terrorista” foi bastante utilizado para denominar os opositores políticos como estratégia discursiva para “coisificá-los” na ditadura militar com claro objetivo de torná-los corpos matáveis. O líder religioso não consegue exercer os atributos que são idiossincráticos à sua função social religiosa, quais sejam, o humanismo, a empatia, a compaixão, “ele não só rejeita o pedido como demonstra frieza ante o seu drama” (KUCINSKI, 2016, p. 77).

O rabino sufoca todo sofrimento contextual do velho K., ignora a figura de um pai em desterro, mergulhado no labirinto de mentiras e no sofrimento profundo pela perda da filha. As dores da dúvida sobre encontrá-la com vida, num primeiro momento, depois, a dor dilacerante já certo da impossibilidade de vê-la mais uma vez foram soterradas por um princípio dogmático do judaísmo, que parece encobrir o medo que o rabino sente da ditadura e talvez alguma identificação com os ditadores. O líder religioso escolheu priorizar a falta do corpo da vítima em vez de perceber tudo aquilo que o velho pai havia passado, e toda dor que o atravessava.

K. empreendeu uma busca para encontrar a sua filha, sequestrada e desaparecida pela ditadura militar brasileira, com seu marido, ambos membros da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Tentou também realizar um monumento de memória e passar pelo ritual do luto da filha assassinada pelo regime. O rabino em *K. relato de uma busca* condena a realização do ritual, quando, na verdade, ele não consegue perceber o verdadeiro absurdo em questão, qual seja, a falta de compaixão de um líder religioso. A imagem metafórica do camelo que o rabino engole, naquele momento em que K. implora pelo matzeivá, se materializa nas várias vítimas da ditadura, dos familiares em busca dos seus parentes sequestrados, torturados e mortos pela polícia do exército brasileiro, no velho pai que andara durante um ano numa busca pelo corpo da filha e que agora espera diante do rabino apenas realizar um marco cerimonial que certifique a existência dela.

Destarte, o narrador em discurso indireto livre revela a angústia de K. por não conseguir obter a lápide à filha, o que representou-lhe o real aniquilamento da existência dela: “a falta da lápide equivale a dizer que ela não existiu”. A julgar pelo

que foi exposto e retomando agora as expressões analisadas sobre o primeiro capítulo, nota-se que o vocábulo que indica a ausência significa uma possibilidade outra do ser, um novo estado ontológico, qual seja, a personagem passa de morta à condição de não existente, “como se toda a sua vida deixasse de existir”, desaparecesse. Tal condição se revela na fatura do enredo em discursos repletos de silêncio, como observado em não nomeação das personagens, no discurso direto diminuto de K. e na pouca adjetivação e descrição. Tudo isso se apresenta no texto ficcional, assim como a nova condição ontológica do desaparecido como fragmentos, restos, sucatas, escombros da ruína da história de uma vida, e de uma nação.

3.2 A nova condição ontológica do desaparecido político e a dialética do absurdo.

Nesta seção, estabelecemos uma relação entre o conceito sobre a nova condição ontológica e o de desaparecido político no processo de composição da dialética do absurdo, haja vista as similitudes entre ambos os conceitos na composição discursiva que compõe as camadas semânticas de *K*.

Iniciemos conceituando a expressão desaparecimento forçado, postulando que o “*desaparecimento* não é um eufemismo, e sim uma alusão literal: uma pessoa que a partir de determinado momento *desaparece*, se esfuma, sem que sobre registro de sua vida ou de sua morte” (CALVEIRO, 2013, p. 39). Segundo Marianna Scaramucci o conceito de desaparecimento perpassa pela ideia de ausência e as suas múltiplas dimensões, ele paradoxalmente é e não é simultaneamente. A ideia, conforme a pesquisadora, é que o desaparecido transita entre a vida e a morte, isto é, no próprio limbo, “o desaparecido [...] é e não é ao mesmo tempo, numa condição excepcional, que configura um novo e paradoxal estatuto ontológico” (SCARAMUCCI, 2020, p. 3). Há, assim, no próprio conceito de desaparecido apresentado aqui uma espécie de dialética do absurdo em que se apresenta em um resultado de asserções dicotômicas a condição de estar vivo ou estar morto, cuja síntese é uma aporia: há constante dúvida sobre a condição de vida do desaparecido, um “paradoxo estatuto ontológico” (SCARAMUCCI, 2020, p. 3).

A autora afirma ainda que o “desaparecido se ‘identifica’, se possível, mediante uma série de faltas, uma série de ausências”. O conjunto de ausência contido no significante de desaparecido alcança patamar empírico na produção

simbólica da narrativa, que prioriza o tema do desaparecimento e assume a missão de lembrar os escombros das ausências subjetivas e coletivas. E provavelmente seja possível a partir do conceito de desaparecido como cúmulo de ausências esclarecer a quantidade de interrogações, na sua maioria sem respostas, em *K. relato de uma busca*.

De fato, no primeiro capítulo, “As cartas à destinatária inexistente”, possui três páginas, que contêm sete interrogações, parecendo, doravante, apontar para a forma de representar simbolicamente a prática do desaparecimento. Essas são perguntas que versam sobretudo sobre a recorrente entrega de cartas do banco à desaparecida política. Em cada uma, ao invés de uma resposta, tem-se o desabrochar de uma nova e dolorosa pergunta “[c]omo teria seu nome se colado ao meu endereço [...]? O provável é que eu tenha associado nome a endereço; será quando requeri a declaração de ausência?” (KUCINSKI, 2016, p. 15).

Por conseguinte, com um conglomerado de ausências de informações, B. Kucinski tece a colcha esburacada da memória fraturada de fazer corpos inexistirem, o qual não só se apresenta nos questionamentos propostos na obra enquanto ausências de informações, como também em vários outros momentos, como a falta de nome ou parte do nome das personagens, a carência do discurso direto do personagem principal, K., e a não presença de um narrador detendo o controle narrativo de todo enredo. Logo, estas ausências que aparecem no conjunto destas interrogações são formas de reduzir as “séries de faltas, uma série de ausências”, que fazem o conceito de desaparecimento forçado ser reduzido – no sentido candidiano do termo – ao nível estruturante da obra.

Assim também, o sociólogo Gabriel Gatti (2010, p. 67) enfatiza o caráter complexo do processo de definição do termo desaparecido, “apenas com a conjugação de termos de semântica difusa se pode definir o desaparecimento e as suas figuras: chupado, separado, dissociado; borrado [apagado]” O pesquisador realiza ainda a relevante afirmação sobre o desaparecido: “estamos perante um novo estado do ser, situado num lugar inaudito” (GATTI, 2010, p. 68).

Em síntese, tanto na definição de desaparecido postulada por Scaramucci como na de Gatti, observar-se algo em comum, a incomensurabilidade entre significante e significado. A condição de desaparecido se apresenta na sociedade contemporânea como situação ontológica inédita.

Mas o desaparecimento inventa um espaço de instabilidade perpétua, uma espécie de *liminaridade permanente*. De resto, irresolúvel: nem sequer se fecha com a certeza da morte do sujeito desaparecido. [...] Cria-se nada menos do que um novo estado do ser (“Nem vivo nem morto, é um desaparecido”, “Uma não pessoa, algo que não se sabe se existe”). (GATTI, 2010, p. 68)

K. não interrompe as buscas da filha mesmo um ano depois de “desaparecer”, justamente devido à “instabilidade perpétua”, porque, como define Gatti, esse estado não se fecha com a morte. O conceito de desaparecido é repleto de ambivalências, ele faz surgir um novo estatuto para o ser. O desaparecido rompe as barreiras da vida e da morte, por conseguinte estabelece uma “terceira margem do rio”. Há no significante “desaparecido” a desconstrução daquilo que entendemos como composição ontológica do ser humano, nome e corpo. “É um corpo sem identidade e uma identidade sem corpo” (GATTI, 2010, p. 69). Na ficção de Kucinski, não temos o corpo da filha, nem mesmo nome, apenas a inicial “A.” para identificá-la. Observa-se, com isso, a forma da obra significando para além do seu significado, como em uma tela expressionista na qual cada espaço em branco, traço, cor, ponto são atravessados de significação. Enfim, para o sociólogo (2010, p. 69) “o desaparecimento é um atentado à lógica” e “provoca um sentido de absurdo”.

Destarte, a ruptura com a lógica proporcionado pela condição do desaparecido se revela uma chave de leitura de *K. relato de uma busca*. Além disso, ao recorrer às definições dos conceitos de desaparecido tanto de “um sistema conjuntural de ausências”, de Scaramucci como o de “um novo estatuto ontológico do ser humano”, de Gatti, conseguimos evidenciar um elo com a dialética do absurdo. Enfim, há em certa medida no próprio conceito de desaparecido e nas suas implicações um jogo de contrários que extrapolam os limites da lógica.

3.3 A dialética do absurdo e a recepção

O discurso fantasmagórico genocida que estrutura a forma de *K. relato de uma busca* produz, também, uma função de desalienação na recepção. Tal função, aparentemente, objetiva impactar os leitores por meio do “choque”, estranhamento, proporcionado pela construção de enunciados contrariamente ilógicos, para com isso despertá-los da alienação sobre questões relativas à ditadura militar, como o desaparecimento forçado e a repressão ainda atuante.

Na obra, isso pode ser observado no primeiro capítulo, pois ao utilizar

expressões linguísticas que signifiquem a eliminação do indivíduo, como se a existência da filha de K. fosse totalmente eliminada, com tanta naturalidade e recorrência como acontece no primeiro capítulo, o narrador performatiza kafkianamente a banalização do absurdo. “Como é possível enviar reiteradamente cartas a quem inexistente”, “a destinatária já não existe”: essa repetição, com a naturalidade como é narrada, proporciona ao leitor um certo desconforto, enquanto soa natural ao narrador a insistência na utilização dos significantes “não existe” e “inexistente”, bem como a sua repetição para indicar que a irmã foi assassinada e teve o corpo ábdito.

Esse estranhamento, ao que se pode inferir, impossibilita uma fruição estética da obra ou, como aponta Adorno (2003, p. 21) sobre a ficção kafkiana, todavia pertinente ao que foi exposto, “[p]or meio de choques ele destrói no leitor a tranquilidade contemplativa diante da coisa lida”. Por conseguinte, o texto ficcional não só pretende tematizar o desaparecimento na ditadura, ou mesmo, testemunhar a sua tragédia familiar, mas, também, por meio de choques, despertar na sociedade a questão extremamente fundamental sendo a presença da estrutura de violência e extermínio constituída na ditadura militar.

K. relato de uma busca possui um mecanismo composicional que funciona por meio do ocultamento daquilo que é contrário à sensatez, da construção de fatos ilógicos e naturalizados. Esse mecanismo, percebido na fatura da obra, dialoga com a memória dos desaparecidos políticos. O estado terrorista oculta os corpos das vítimas sorrateiramente e acoberta tal ação com uma explicação que extrapola qualquer teor de logicidade: as vítimas nunca estiveram sob a custódia do Estado; ou, sim, passaram por alguma das dependências do exército, mas logo haviam sido dispensadas. De fato, ocorre que entre 1964 a 1971, o aparato repressivo seguia o padrão de eliminar os inimigos políticos “sob tortura, cujos óbitos eram divulgados como mortes em tiroteios, atropelamentos ou suicídios, os quais eram enterrados como indigentes com nomes e causa *mortis* falsos em cemitérios públicos” (TELES, 2020, p. 271). O objetivo do aparato repressivo, com isso, era bem claro: não macular a imagem do governo perante a opinião pública da época. E é assim que o aparato naturaliza a absurdidade das ações terroristas, sobretudo “a partir de 1974, esta tendência é suplantada pelos ‘desaparecimentos forçados’, que por sua natureza não precisavam ser ‘explicados’ pelo governo” (TELES, 2020, p. 271). Logo, observamos com isso uma forma orquestrada pelos militares na ditadura para eliminar

os opositores políticos, que lutavam para libertar o país das amarras do sistema ditatorial, sem ser culpabilizados por tal ação, “e, por outro lado, permitir aos serviços de inteligência maior mobilidade e desenvoltura, sem provocar uma intervenção, quer do Judiciário, quer da imprensa, quer das famílias e dos advogados” (ARNS, 2014, p. 259).

Os ditadores utilizaram a estratégia de eliminação da vida e dos corpos como tecnologia do poder, cujo objetivo foi desestruturação dos opositores políticos e permanência social da base do governo golpista. A ficção aqui estudada também se afirma como questionadora do período histórico entre 1974 a 1980, enquanto provoca a reflexão sobre a violência neste contexto histórico, que, nos debates historiográficos, aparecia representado como resultado de embate entre os militares “duros” e “moderados” (TELES, 2020, p. 272).

Destarte, o texto de Kucinski assume mediante as observações inferidas, então, dois aspectos fundamentais atribuídos aos grandes escritores de literatura que surgiram no século XX, nas palavras de Renato Franco (2003, p. 352) “a de lutar contra o esquecimento e contra o recalque, isto é, lutar contra a repetição da catástrofe por meio da rememoração do acontecido”.

3.4 Panorama sobre o surgimento do desaparecimento forçado e uma escritura para os ausentes

O desaparecimento forçado não foi inventado nem tampouco inaugurado nas ditaduras militares da América do Sul. Segundo Camila Akemi Perruso (2010), a prática de desaparecimento forçado remonta às ocorrências das guerras. A autora esclarece na sua pesquisa sobre desaparecimento forçado e Direitos Humanos, que, nas guerras, há dificuldade em identificar os corpos dos soldados mortos em combate e, por isso, na guerra-civil norte-americana no século XIX, os soldados passaram a usar uma placa de identificação, a qual era levada junto ao corpo para em caso de morte em batalha ser possível a identificação. No século XX, ao término da Primeira Guerra Mundial, “essas placas tornaram-se obrigatórias, conforme as determinações estabelecidas durante a ocorrência Internacional da Cruz Vermelha, realizada em 1925” (PERRUSO, 2010, p. 17-18).

A pesquisadora dimensiona outro momento do “fenômeno do desaparecimento forçado”, o qual ocorreu em pleno contexto genocida perpetrado

pelo nazismo na Segunda Guerra Mundial. O processo de desaparecimento como estratégia de extermínio de civis pelos nazistas, implantado no decreto conhecido como “Noite e Neblina”², de 17 de dezembro de 1941. Ele diz respeito a penalizar com a retirada aqueles acusados em colocar em risco o espaço alemão e “de seu encaminhamento à Alemanha para serem executados” (ARAÚJO, 2014, p. 41). Essas ações deveriam ser realizadas mediante absoluto sigilo, por isso era de suma importância que os processos acontecessem sob a égide da discrição dos agentes envolvidos, os quais a executavam sem que nem uma informação sobre a localidade das vítimas viesse a público.

O terceiro momento histórico do desaparecimento forçado, ainda consoante Perruso e ratificado por Araújo, ocorreu sobretudo por motivação política e de forma sistematizada no decorrer dos regimes ditatoriais deflagrados na segunda metade do século XX nos países da América Latina (ARAÚJO, 2014; PERRUSO, 2010). Uma vez que no Brasil essa prática continuou vigente como política de segurança utilizada em comunidades periféricas, sobretudo contra a comunidade negra do país.

Nesse breve panorama esboçado sobre a prática do desaparecimento forçado, é importante frisar, por mais relevantes que sejam tanto os trabalhos de Araújo, como os de Perruso, a ausência de duas situações históricas em que se evidencia empiricamente o desaparecimento forçado, os quais talvez por uma falta de memória coletiva da escravidão não foram contemplados pelos estudiosos. Refiro-me aos casos da diáspora dos africanos em decorrência da escravidão e do genocídio indígena perpetrado desde a colonização. Na ditadura militar, segundo o *Relatório da Comissão Nacional da Verdade* (2014, p.205), ao menos oito mil indígenas foram assassinados e muitos deles desapareceram.

3.5 O desaparecimento como tecnologia do poder

O desaparecimento, como prática social sistemática, como “técnica do poder constituído” (CALVEIRO, 2013, p. 39), como violência incomensurável contra o

2. Há um filme documentário com título “Noite e Neblina”, de Alain Resnais, realizado em 1955, dez anos depois do fim da Segunda Guerra. O documentário apresenta imagens tiradas nos últimos dias de conflito, com a narração de um poema de Jean Cayrol.

ser humano, tem as suas raízes na colonização. O nazismo e o seu decreto “Noite e Neblina” e as atrocidades cometidas nas ditaduras da América do Sul são produtos da máquina desumanizadora do sistema colonial. Para Aimé Césaire, em *Discurso sobre o colonialismo* (2020, originalmente de 1950, com edição e reescrita em 1956), não há possibilidade de cometer tantas atrocidades, tantas barbáries como as que ocorreram na colonização inconsequentemente: “que ninguém coloniza inocentemente, que ninguém coloniza impunemente; que uma civilização colonizadora [...] já é uma civilização doente [...] irresistivelmente, de consequência em consequência, de negação em negação, chama seu Hitler” (CÉSAIRE, 2020, p. 21).

O autor delega ao nazismo o patamar de “barbárie suprema” e que a sua existência já se encontrara no processo “civilizatório” da colonização. Afirma que toda potência destruidora do nazismo lá já havia sido aplicada, e “que esse nazismo, toleraram antes de sofrê-lo; absorveram-no, fecharam seus olhos e o legitimaram, porque, até então, havia sido aplicado a povos não europeus” (CÉSAIRE, 2020, p.18). O que não se perdoaria em Hitler, de acordo com Césaire, não é o crime contra o ser humano em si, mas contra o *homem branco*. Nessa relação entre civilização e colonização também é possível perceber as teias da dialética do absurdo: sobre a falácia argumentativa de civilizar promove-se a destruição em massa.

Assim como o nazismo, as atrocidades ocorridas na ditadura militar remontam ao processo de violência perpetrado no sistema colonial. Jaime Ginzburg (2010, p. 133) inicia o ensaio “Escrita da tortura” apontando dois traumas fundamentais da sociedade brasileira: o primeiro é o impacto histórico de séculos de colonização e o segundo está ligado ao processo nefasto da escravidão. O autor aponta ainda que somos herdeiros “de sujeição à agressão” e de “ausência de senso coletivo”, e que “nossa formação social é resultado de um processo intensamente truculento, cujas consequências se fazem sentir até o presente, pois suas dores nunca foram inteiramente superadas”. Estas proposições estão pautadas nas conjecturas de Renato Janine Ribeiro no seu texto “Dor e injustiça”, escrito como prefácio de *Razões públicas, emoções privadas* (1999), de Jurandir Freire Costa, consoante a Ribeiro (1999, p.11) “[o] Brasil [...] pode ser dito um país traumatizado. Ele jamais ajustou contas com duas dores terríveis, obscenas, a da colonização e da escravatura”.

Tal pensamento dialoga com as ponderações realizadas por Paulo Sérgio Pinheiro (1991) no seu estudo *Autoritarismo e transição*, uma vez que disserta sobre

a permanência no núcleo de governo onde apenas se mudam as peças, mas o sistema de exploração continua o mesmo. Na verdade, no Brasil nunca houve uma ruptura com o antigo regime, “o absolutismo colonial se transformou simplesmente no absolutismo das elites. E sobreviveu à abolição da escravidão uma total assimetria entre dominador e dominado” (PINHEIRO, 1991, p. 52). Diante das reflexões expostas, reiteramos o argumento que nos levou a tal incursão, qual seja, da importância de incluirmos na história da prática do desaparecimento forçado também aos africanos e os indígenas escravizados ou assassinados pelo sistema colonial.

Vale ressaltar também que o aparato discursivo utilizado pelos colonizadores para justificar os genocídios, sobretudo a “intenção civilizadora” e a “salvação da alma” são formas estruturantes discursivas da ideologia da classe governante brasileira, sendo com isso passível de aproximação com o conceito dialética do absurdo que atravessa o romance. Diante disso, parece que esse é o fio de interseção entre *K. relato de uma busca*, o desaparecimento forçado, as ditaduras militares, nazismo e a colonização. Enfim, pensando a história consoante Benjamin como um acúmulo de ruínas, poderíamos, então, apontar tal acúmulo como uma das estratégias discursivas composicionais de *K*.

O narrador, como observado anteriormente, mediante enfática e repetida menção aos vocábulos que significam a não existência da irmã e todas as atrocidades aí implicadas, também realiza uma denúncia da prática perversa dos agentes da ditadura de eliminar os corpos sem deixar rastros, ou seja, elimina-se como se destruísse toda a existência de uma vida.

Aprofundemos as nossas observações, para, então, compreendermos a estratégia composicional no romance kucinskiano. Conforme o exposto, voltando a atenção para o verbo intransitivo “inexistir” e a sua recorrência no primeiro capítulo da ficção, conseguimos perceber, no nível linguístico, a referência direta da ação do desaparecimento forçado na ditadura. Diríamos até que a expressão “destinatária inexistente” assim como se apresenta é um oxímoro, potencializa a história enredada em *K. relato de uma busca* sobre a desaparecida política. Quando olhamos para o conflito no enredo da narrativa, observamos a luta empreendida contra o estado militar brasileiro para que a destinatária pudesse reaver, no mínimo, a condição de existência, se não viva no plano terreno, pelo menos viva como memória, condição esta que os perpetradores não permitiram se realizar. Aqui observa-se a esse conceito em uma camada mais profunda da obra, penetrada no campo linguístico. Temos em

“destinatária inexistente”, antes de um exagero, uma nova condição do ser após a morte, atravessada pela tensão entre os perpetradores, os mecanismos de eliminação do ser, e a luta pela verdade e justiça às vítimas do estado terrorista brasileiro.

A destinatária que não existe parece indicar um indivíduo destituído de total condição de existência enquanto memória, o que levará ao apagamento total do ser, considerando que todo ser existe não para si, mas para o outro, logo ao se eliminar a possibilidade de um monumento de memória, elimina-se também a possibilidade de existência posteriormente. Estamos diante de um mecanismo de construção poética, no qual B. Kucinski consegue compor simbolicamente a sua tragédia familiar e o estado terrorista brasileiro da ditadura militar. Um mecanismo pelo qual o narrador possibilita despertar o leitor para algo urgente que ocorre na sociedade. Por conseguinte, a dialética do absurdo aponta para o que é central na ficção kucinskiana, sobretudo às contraposições das vozes dos perpetradores e das vítimas no desaparecimento forçado, e não só, pois também dialoga com período histórico da publicação da obra, um contexto no qual as vítimas devem conviver com a dor da desinformação a respeito do seu familiar desaparecido há mais de trinta anos e o gozo dos militares perpetradores impunes, vários dos quais ainda ocupam cargos públicos.

É possível observar o jogo linguístico do sistema dialético em várias cenas do enredo. Já a epígrafe: “Tudo nesse livro é invenção, mas quase tudo aconteceu” (KUCINSKI, 2016, p. 11) pode ser lida sob a égide deste conceito. Nesse caso, o pronome indefinido “tudo” que inicia a primeira oração totaliza o enredo como fabuloso, enquanto o advérbio “quase” restringe, apaga a carga semântica de totalidade do realismo presente no pronome “tudo” da segunda oração.

B. Kucinski tece uma crítica ao estado brasileiro utilizando a formulação estética da dialética do absurdo. *K. relato de uma busca* parece tentar despertar uma reflexão sobre o absurdo da sociedade brasileira interpretar as ações dos militares como uma ação necessária à época, silenciando e tratando como algo supérfluo o fato de trinta anos depois várias famílias não saberem o paradeiro dos despojos mortais vítimas da ditadura, “um mal de Alzheimer nacional” (2016, p. 15). Como lembra Dalcastagné, “[s]im eles permanecem aí e celebram nossa indiferença, nossa curta memória” (DALCASTAGNÉ, 1996, p. 15).

3.6 O discurso histórico sobre desaparecimento forçado: uma releitura do período de distensão

O período histórico brasileiro em que aconteceu o maior número de casos de desaparecimento forçado foi entre 1974 e 1980, momento denominado de distensão política, na situação em que, no que lhe concerne, o ditador Ernesto Geisel prometeu a retomada lenta e gradual da democracia, pondo “fim ao ‘estado de exceção’, que vigorava desde o início da década” (FRANCO, 2003, p. 358). Porém, o que se tem é “a falsa promessa de abertura do governo de Geisel quando na realidade as práticas da repressão continuam” (MICHAEL, 2016, p. 19). Assim, a atenção dada por um número significativo de historiadores à versão da história da ditadura, sobretudo ao que tange ao momento de abertura do regime ditatorial, apontando um certo grau de abrandamento das ações repressivas, nada mais faz do que legitimar a versão da memória da ditadura apresentada pelos militares que ofusca outra vertente da história pouco discutida, a da utilização do desaparecimento forçado como estratégia sistemática genocida dos militares nesse período.

Sobre o período da abertura política, a historiadora Janaína de Almeida Teles (2020), aponta a importância de analisá-lo a partir dos acontecimentos que marcaram a ditadura entre os anos de 1971 e 1972. Fatores aqui ocorridos são fundamentais para entendermos o período histórico chamado de “distensão política”, uma vez que ali ocorreu o ápice da repressão perpetrado pelo governo Médici (1969-1974), como a implantação do AI-5. No decorrer desses anos desencadearam-se várias articulações políticas com “objetivo de conduzir o projeto de institucionalização da ditadura” (TELES, 2020, p. 281). Essas articulações foram orquestradas pelo general Golbery do Couto e Silva e buscavam evitar crises no governo para então garantir uma estabilidade mais duradoura ao regime “em curso desde junho de 1971, a ‘candidatura’ do general Ernesto Geisel ancorava-se nessa proposta, que encontrava eco entre os líderes civis” (TELES, 2020, p. 281). Enquanto se discutia na esfera política estratégias para manter os militares no poder do Estado brasileiro, a sociedade era assombrada pelos tentáculos impiedosos do aparato repressivo no Brasil, com um nível de eficiência notável, prezava sobretudo a institucionalidade do Estado de Segurança Nacional. Para isto, ele não poupou imaginação na produção de falsas explicações para mortes de opositores vítimas da repressão militar. Sobre as atrocidades cometidas pelo Estado nesse período, Teles (2020, p. 281) afirma:

Assiste-se a uma crescente política de eliminação de perseguidos políticos no Brasil. Em 1971, com a criação de centros clandestinos de detenção, sobretudo da “casa da morte” de Petrópolis (RJ), a orientação predominante gradativamente torna-se *desaparecer* com os militantes que faziam oposição ao regime, eliminando-os, “sem vestígio”. A fase final da repressão à Guerrilha do Araguaia (1972-1974), desencadeada em outubro de 1973, marca o período de consolidação dessa estratégia.

A autora afirma ainda que a partir de 1973 essa “política de eliminação de perseguidos políticos” desencadeada pelo sistema repressivo aponta para indícios de mudanças nas suas estratégias organizacionais, pois o número de assassinatos encobertos por versões enganosas de suicídio, conflitos em tiroteios e atropelamentos diminuíram significativamente. Essas mudanças, longe de ser uma forma de abrandamento, abre-se a uma estratégia bem mais perversa de destruição dos algozes. Pois se por um lado o sistema repressor a partir de 1973 diminui os índices de assassinatos mascarados, por outro “emerge a figura do desaparecido político: aquele sobre o qual não mais havia a notícia da morte, um corpo ou atestado de óbito” (TELES, 2020, p. 286).

O desaparecido político vem a tona quando a imagem internacional do governo militar passa por severas críticas devido às denúncias de torturas e dos assassinatos de opositores políticos. No texto, as viagens de K. aos institutos internacionais humanitários, ao passo que busca informações sobre a filha desaparecida, denunciam os crimes contra humanidade que estavam ocorrendo aqui no Brasil.

No último parágrafo do primeiro capítulo, o paradoxo é utilizado como forma estruturante de *K. relato de uma busca*, evidenciando que o desaparecimento passou a ser constitutivo do modo de construção do esquecimento da ditadura na sociedade brasileira:

O carteiro nunca saberá que a destinatária não existe; que foi sequestrada, torturada e assassinada pela ditadura militar. Assim como o ignoram antes dele, o separador das cartas e todos do seu entorno. O nome no envelope selado e carimbado, como a testar autenticidade, será o registro tipográfico não de um lapso ou falha do computador, e sim de um mal de Alzheimer nacional. Sim, a permanência do seu nome rol dos vivos será, paradoxalmente, produto do esquecimento coletivo do rol dos mortos. (KUCINSKI, 2016, p. 15)

O oxímoro apontado pelo narrador personagem, de fato, é o “esquecimento coletivo” de todos os que “padeceram” pelas mãos dos agentes da ditadura militar,

aqueles que foram torturados, assassinados e tiveram os seus restos mortais “desaparecidos”. O romance, ao denunciar, provoca e desenterra das grutas do esquecimento a memória de todos que sucumbiram na máquina do Estado de produzir ausências. E aparentemente o sonho de K. simboliza metaforicamente esse desterrar de informações no embate entre o personagem e o Estado brasileiro, “ele cavoucava o solo com a pá [...] retirava de cada vez quantidade descomunal de barro como se fosse uma escavadeira mecânica” (KUCINSKI, 2016, p. 90), camadas e mais camadas de discursos enganosos para enterrar a história dos vencidos. K. persiste, mesmo desacreditando, “vai ver nunca pensava seriamente em escavar; depois de tantos informes falsos, tantas buscas inúteis” (KUCINSKI, 2016, p. 91). E entra em conflito direto com o discurso oficial que buscou e ainda almeja a todo custo apagar a memória daqueles que lutaram por uma nação livre das amarras e silenciamentos do governo ditatorial. Assim como os agentes da repressão “apagaram” os corpos, tentam apagar a memória. Walter Benjamin (2012, p. 243-244), em “Sobre o conceito de história”, na tese 6, expõe essas duas formas dialéticas discursivas na articulação histórica do passado: a recordação da catástrofe segundo o discurso do vencedor e do vencido. Para o filósofo, a proeminência do discurso da construção da história é dada sempre às classes dominantes, elas silenciam o passado dos excluídos e assim destroem a possibilidade outra de um futuro já dado para eles.

No romance, os bancos, como imagem do capitalismo, e os correios, como metáfora da comunicação social, funcionam como a imagem e semelhança do sistema repressivo, cuja tarefa é produzir o esquecimento coletivo com a construção e disseminação de uma narrativa histórica silenciadora, a qual enterra a versão das vítimas do “perigo”, pondo, assim, em constante “ameaça” a filha assassinada de K., os seus familiares, as demais vítimas do sistema repressivo, de ontem e de hoje.

Se, para rememorar um fato, “reconhecimento e localização são condições necessárias”, como indica o narrador de *Ainda estou aqui*, de Marcelo Rubens Paiva (2015, p. 17), a sociedade brasileira está comprometida com o esquecimento das vítimas do Estado repressor. Pois não há reconhecimento sobre os detalhes do que aconteceu com opositores políticos e muito menos se sabe da localização dos corpos dos desaparecidos. Esse “Alzheimer nacional”, esquecimento coletivo, é resultado do projeto ainda bem-sucedido dos militares golpistas de 1964, os quais utilizaram a Lei da Anistia e uma forte relação com os grandes empresários e a grande mídia, ou seja, alinharam-se aos “donos do poder” (FAORO, 2001), para silenciar as vozes dos

familiares das vítimas e, assim como vários outros levantes nesse país, escreveram a versão da história dos “vencedores” como indubitavelmente um bem nacional. Porém, o narrador do primeiro e do último, capítulos do livro, ao expor o sequestro e o assassinato da irmã desaparecida pela ditadura militar, exerce uma força contrária ao regime, pois com isso ele quebra o silêncio sobre a falta de informação dos crimes cometidos pelo Estado. O discurso narrado contempla a potência apaziguadora da alma em desassossego, “o Dybbuk”, da lembrança da irmã a “apontar culpas e omissões” (KUCINSKI, 2016, p. 14). *K. relato de uma busca* representa, assim, em sua totalidade e materialidade um monumento de memória contra esse discurso sobreposto do poder.

A casa para o filho mais velho do narrador é a “totalidade de lembranças” que dá a conhecer, no corpo do texto, as histórias traumáticas da família da personagem K.: a fuga da invasão nazista na Polônia um pouco antes da segunda guerra, a morte de quase todos os familiares de K. nos campos de concentração, a dor do luto e a morte precoce da esposa logo após tomar conhecimento das mortes de todos os seus familiares na Alemanha nazista. Somado a tudo isso, quase quarenta anos depois do horror do nazismo, o sequestro da filha e do genro que foram torturados, mortos e tiveram os seus corpos desaparecidos impuseram-lhe outro golpe, mais profundo do que aquele. Todas essas dolorosas lembranças estão subsumidas na casa. Elas estão presentes nas memórias fraturadas do irmão e do sobrinho da desaparecida, embora negadas pelo Estado e “esquecidas” pela sociedade.

3.7 Guerra psicológica e a transmissão geracional da dor

O capítulo “*Post Scriptum*”, que fecha o romance de B. Kucinski, também é narrado em primeira pessoa e o tempo, assim como o do primeiro capítulo, é o presente. Nele, o autor narrador, o mesmo do primeiro capítulo, assume novamente a posição central da narrativa:

Passadas quase quatro décadas, súbito, não mais que de repente, um telefonema a essa mesma casa, a esse mesmo filho meu que não conheceu sua tia sequestrada e assassinada; voz de mulher, apresenta-se, nome e sobrenome, moradora de Florianópolis. Diz que chegara havia pouco do Canadá [...] quando se aproximou uma senhora e se disse brasileira dando seu nome completo, nome da tia desaparecida [...] não retornei o telefonema.

[...] o telefonema da suposta turista brasileira veio do sistema repressivo, ainda articulado. (KUCINSKI, 2016, p. 168)

A questão suscitada é um telefonema ao filho do narrador e sobrinho da desaparecida. Telefonema direcionado à mesma casa e ao mesmo filho do narrador “que não conheceu sua tia sequestrada e assassinada” (KUCINSKI, 2016, p. 168). Na voz da ligação, uma senhora informa que, em visita ao Canadá, onde esteve para rever familiares, encontrou em um restaurante uma mulher brasileira cujo nome era da “tia desaparecida”. Mais uma artimanha da guerra psicológica arquitetada e posta em prática pela macabra e atuante máquina que visa desestabilizar o grupo social formado pelos familiares das vítimas dos desaparecidos políticos. Esse telefonema fora mais uma ação do sistema social genocida “ainda articulado” em 2010. Em “uma reação à mensagem inserida nas televisões há alguns meses pela Ordem dos Advogados do Brasil, na qual uma artista de teatro personificou o seu desaparecimento” (KUCINSKI, 2016, p. 168). Se no primeiro capítulo, é enfatizada a importância da memória, da lembrança das vítimas da ditadura militar e da importância dos monumentos de memória para futuras gerações, aqui, quando “os movimentos pela revisão da Lei da Anistia e a instalação da Comissão da Verdade retomam a luta contra o esquecimento e a disputa política acerca da lei de anistia de 1979” (RABELO, 2018, p. 139), é lembrado que “passada quase quatro décadas” o sistema estatal genocida continua ativo, agora não mais em uma “guerra” física, mas psicológica e permanente.

O telefonema ao filho do narrador, antes de indicar uma verdade sobre o desaparecimento da tia, parece suscitar mais dúvidas. Nota-se com isso que o caótico, o paradoxal, o não-lógico ou o conjunto de tudo isso faz parte da estratégia da guerra psicológica do regime repressor. É um discurso que se apresenta como solução, resposta para um infortúnio, mas que não soluciona, por ser deslocado da realidade e antes de ser uma solução para o sofrimento, é a potencialização da dor, da melancolia. E nesse conjunto de ataques, nessa guerra suja, “a dúvida e a opacidade dos segredos” são os alimentos da culpa, “manobra sutil que tenta fazer de cada família cúmplice involuntária de uma determinada forma de lidar com a história” (KUCINSKI, 2016, p. 156), afirma o narrador no capítulo “Sobreviventes, uma reflexão”.

Por outro lado, o telefonema, além de infligir sofrimento, almeja apresentar às vítimas o poder, que “mostra e esconde, e se revela tanto no que exhibe quanto no

que oculta” (CALVEIRO, 2013, p. 38). A estrutura genocida engendrada na ditadura continua “viva” como um parasita no sistema político brasileiro mesmo quase quarenta anos depois do fim do regime militar. Porém, a continuidade se manifesta de maneira velada, esperando um momento oportuno. “O Brasil se vê nos dias atuais refém das estruturas e estratégias autoritárias herdadas da ditadura” (TELES; QUINALHA, 2020, p. 17).

Sobre a permanência do sistema repressivo, vale ressaltar o que dizem os professores Edson Teles e Renato Quinalha (2020, p. 17), quando tratam de “justiça de transição”. Este conceito, segundo os autores, se refere “tanto as ações concretas de reparação e o trabalho de memória por parte do estado brasileiro quanto as práticas discursivas cuja retórica muitas vezes justifica os limites da transição democrática à realização da justiça histórica”.

No Brasil, o conceito se dissemina em 1980, quando ainda vigorava a ditadura militar e um ano depois da Lei da Anistia, sancionada em 28 de agosto de 1979. O objetivo dos pesquisadores é justamente analisar o surgimento do “discurso da justiça de transição” no Brasil. Os autores indicam que tal discurso surgiu tardiamente no processo de redemocratização e que no contexto de surgimento não havia políticas públicas visando proporcionar à sociedade reflexão sobre a ditadura recente, uma vez que se verificava a ausência de políticas de memória e de justiça. Neste fato há um entrave, sobretudo porque implicava na impossibilidade da sociedade obter acesso a compreender as condições históricas de surgimento da ditadura militar.

O passo seguinte da análise foi sobre a caracterização dessa política. Segundo os autores (2020, p.16), uma importante característica da política de justiça de transição é apresentar-se como um discurso que se quer verdadeiro, sobretudo com a questão de como manejar com justiça e memória nas democracias, nos processos de transição ou com legados autoritários. Por conseguinte, a grande estratégia seria olhar para esses processos como exceções. Ao compreender os acontecimentos como algo isolado no passado, criam-se ações visando evitar velhos conflitos. Essas ações, denominadas pelos autores de “políticas híbridas” proporcionaram, por um lado, a criação da Comissão Nacional da Verdade e, por outro, ações de esquecimento da história recente, “como a ausência de atos de justiça, o descaso com desaparecidos políticos e a manutenção de um pensamento antidemocrático nas Forças Armadas” (TELES; QUINALHA, 2020, p.17).

Ou seja, há no processo de redemocratização no Brasil, nas ações sob a égide da justiça social, um viés particularmente ambíguo, como é possível observar nos casos dos direitos das vítimas serem tomados como prioridades a ser considerados no processo de transição, e, concomitantemente, encontrar-se atuantes nos processos os perpetradores do regime militar (TELES; QUINALHA, 2020, p. 29). Tudo isso, perpassa o seio político brasileira sob o sofisma de promover o apaziguamento das forças em tensão e em hostilidades. Embora, o que surge desse discurso pacifista é a estrutura de um estado democrático que subsume as ações de justiça com impedimentos políticos (TELES; QUINALHA, 2020, p. 30). Vale lembrar que no período de transição o partido do regime militar, a Arena, criou um agrupamento, com máscara democrática, que se instalou nos vários governos pós-ditadura. Acrescente-se a isso o fato de nem um perpetrador da ditadura ser preso e nem uma ação de mudança estrutural nas Forças Armadas ter sido efetivada.

Em contrapartida, as vítimas do sistema repressor ditatorial tiveram acesso a processo reparatório modesto, vale ressaltar. Como as “indenizações aos familiares dos desaparecidos” que “rapidamente foram outorgadas”, o que o narrador onisciente presente em alguns capítulos de *K.* aponta como uma estratégia do Estado brasileiro de “enterrar logo o caso” (KUCINSKI, 2016, p. 156) sobre os desaparecidos políticos. Entretanto, poucas medidas de reconhecimento que dessem visibilidade e importância social aos familiares de desaparecidos foram efetivamente realizadas. Sobre estas medidas de reconhecimento, a obra de B. Kucinski comenta com certa ironia e com teor de ambiguidade os nomes de ruas em homenagem aos desaparecidos, porém em localidades às margens da cidade, enquanto nas ruas mais importantes observam-se os nomes dos generais.

Esse paradoxo se apresenta como apontam:

Constantemente, o governo brasileiro, em período democrático, fez uso do discurso de justiça de transição ao mesmo tempo que negou ou dificultou o acesso à justiça. Assim, tivemos alguns entes estatais patrocinando iniciativas de concretização de direitos humanos, enquanto outros órgãos oficiais agiam em sentido oposto, acordando com a impunidade dos torturadores da ditadura. (TELES; QUINALHA, 2020, p. 31)

Esse trecho resume a configuração estrutural do sistema repressor instalado no Estado democrático brasileiro: os aparelhos oficiais utilizam o discurso de justiça de transição, proporcionando indenizações às vítimas da ditadura militar,

enquanto, por outro lado, há órgãos oficiais que impedem a punição dos perpetradores. É uma artimanha governamental nomeada em *K. relato de uma busca* como “totalitarismo institucional”: “às indenizações, as famílias dos desaparecidos [...] foram outorgados rapidamente[...] para enterrar cada caso. Enterrar os casos sem enterrar os mortos, sem abrir espaço para uma investigação” (KUCINSKI, 2016, p. 156).

Com isso, estamos diante, tanto no plano estético como no contexto histórico, da trama discursiva da dialética do absurdo. É importante aqui ressaltarmos como a ficção revela um fato estruturante da sociedade brasileira, um modo sistemático de operação, que é absurdo, mas que de tanto ser utilizado apresenta-se como normalidade.

No romance, o telefonema é “uma reação à mensagem inserida nas televisões há alguns meses pela ordem dos advogados do Brasil, na qual um artista de teatro personificou o seu desaparecimento” (KUCINSKI, 2016, p. 168). O sistema permite aberturas que possibilitam as ações em memória das vítimas políticas da ditadura, ao mesmo tempo que por meio de pistas falsas enganam e desmoralizam os familiares. E assim esse sistema repressor continua atuante. Infelizmente, essas são algumas das consequências derivadas da não ruptura com a ideologia perversa do sistema criminoso implantado na ditadura militar, que, vale lembrar, foi pactuado sobretudo com a Lei da Anistia. Como afirma Eugênia Augusta Gonzaga” (2020, p.16) no texto de apresentação em *Memórias afetivas: desaparecidos políticos*: “esse pacto [...] tem levado à repetição da prática de crimes abomináveis pelo Estado brasileiro.

A Lei da Anistia foi resultado de um conjunto de mobilizações políticas que tiveram início nos anos 1970. Essas foram formadas por participantes de vários segmentos da sociedade, políticos de face contrária ao sistema repressor, militantes dos direitos humanos, ex-presos políticos, exilados, cassados, militantes dos partidos democráticos e movimento estudantil. É importante enfatizar dois grupos resultantes do movimento capitaneado pelas vítimas da ditadura: Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) e o Comitê Brasileiro pela Anistia. Estes movimentos sociais gradativamente passaram a receber apoio da sociedade civil organizada, ganhando com isso a condição de mais visibilidade política.

Segundo Jorge Davi Barrientos-Parra e Jorge Luís Mialhe (2012), o movimento pela anistia no Brasil divide-se em três fases. Os autores afirmam que a primeira fase é marcada pelas denúncias das torturas, assassinatos e

desaparecimentos de corpos. Estas denúncias foram realizadas em sua maioria pelas famílias de mortos e desaparecidos políticos e capitaneadas pela cúria metropolitana de São Paulo, na pessoa de Paulo Evaristo Arns. As ações de denúncias realizadas pelos familiares das vítimas e pelas próprias vítimas sob violência brutal afrontaram o regime autocrático genocida, mesmo estando no auge da repressão militar em meados de 1975. Nessa fase, o movimento feminino pela anistia e o jornal *Brasil Mulher* assumiram papéis fundamentais, sobretudo como porta-vozes do movimento pela anistia.

Ainda segundo Barrientos-Parra e Mialhe (2012), a segunda fase da luta pela anistia iniciou-se em 1977. Nesta fase, o movimento atinge patamares nacionais com os Comitês Brasileiros pela Anistia (CBAs). Aqui a luta em prol da anistia ultrapassa o marco de luta local e atinge uma grandiosa frente ampla pela reivindicação de liberdade democrática.

A terceira e última fase seria marcada pela sanção, em 28 de agosto de 1979, da Lei da Anistia. O que deveria ser o fim de um ciclo, dá início a uma cadeia de acontecimentos e diversas polêmicas, como a reparação indenizatória, que fora reivindicada por acusados de tortura e a discussão sobre a lei do sigilo, que impede a abertura dos arquivos da ditadura até hoje, e a discussão em torno à anistia por crimes conexos” (BARRIENTOS-PARRA; MIALHE, 2012, p. 25).

Ao ser aprovada pelo congresso, a Lei 6.683/79 propôs anistia nos seguintes termos:

Art. 1º - É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de Fundações vinculadas ao Poder Público, aos servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares.

§ 1º - Consideram-se conexos, para efeitos deste artigo, os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política. (BRASIL, Lei 6.683/79)

Apesar de restrita em sua fase inicial, a anistia proporcionou a volta de exilados políticos como o ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, e do ex-governador de Pernambuco, Miguel Arrais. Além deles, também Paulo Freire e Fernando Gabeira, entre outros, retornaram ao país. Muito foi comemorado com a promulgação dessa lei, todavia ela, desde o início, ou seja, já na formulação do projeto

de lei, foi pensada para anistiar, principalmente, os militares perpetradores de sevícias e assassinatos na ditadura, o que podemos inferir, por todo processo de formulação e implantação da Lei da Anistia ter sido organizado pela equipe do General Figueiredo (SENADO, 2019), isto é, pelos próprios perpetradores. Passadas quase cinco décadas da promulgação da lei, as forças armadas ainda não prestaram contas à sociedade do desaparecimento dos opositores da ditadura, nem deram informações do paradeiro de vários corpos ocultados pelo Estado terrorista; e nem tampouco foram responsabilizados criminalmente os militares perpetradores das sevícias e assassinatos.

Após pressão dos familiares de mortos e desaparecidos e organizações políticas, o governo Fernando Henrique Cardoso promulgou a Lei nº 9.140/95 (MONTEIRO, 2019, p. 324), que reconheceu como mortas as pessoas desaparecidas entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979 e fundamentou legalmente indenizações compatíveis com a morte. Para evidenciarmos as contradições e as complexidades que giram em torno da promulgação desta lei, expomos a versão do surgimento dela segundo o relato do narrador do romance *Ainda estou aqui* (2015), de Marcelo Rubens Paiva, filho de Rubens Beirodt Paiva, deputado desaparecido político. Marcelo Rubens Paiva (2015, p. 40) na sua narração afirma que logo após tomar conhecimento de Cardoso ignorar a cobrança da Anistia Internacional sobre o posicionamento da presidência da república a respeito dos mortos e desaparecidos políticos do período da ditadura, apontou a contradição do então presidente, que era grande amigo de Rubens Beirodt Paiva. A lei de 1995 foi um feito considerável para os familiares de desaparecidos, uma vez que até a data da publicação dela, as famílias de desaparecidos políticos não podiam dar entrada em ações judiciais como representantes legais do ente morto. Dessa forma, podemos identificar que se por um lado o Estado na redemocratização possibilitou uma lei importante para os familiares dos desaparecidos políticos, em contrapartida, ele foi omisso na atribuição de investigar, esclarecer e punir as violações de Direitos Humanos praticadas pelos militares golpistas, que utilizaram como blindagem a Lei da Anistia.

Outro fato digno de nota sobre tal lei se refere à disputa e, sobretudo, a abrangência da aplicação do perdão da Lei de Anistia. Essa disputa retoma o contexto da promulgação e evidencia-se no embate na apreciação do projeto de lei entre os senadores e deputados da Arena, partido aliado ao governo golpista, e os parlamentares do MDB, partido de oposição de fachada – uma vez que não tinha

quórum para aprovar projetos, pois a sua participação era controlada (SENADO, 2019). Este projeto que deu origem à Lei 6.686/79, como evidenciado anteriormente, foi organizado pela equipe do general Figueiredo:

Figueiredo seguiu o plano. O último presidente da ditadura tomou posse em março de 1979 e apresentou o projeto da Lei da Anistia já em junho. Como o Congresso recebeu o texto às vésperas do recesso parlamentar e o presidente da República não autorizou sessões extraordinárias em julho, as discussões legislativas só puderam começar no início de agosto. A aprovação viria a toque de caixa (SENADO, 2019).

Debates antecederam a votação, no projeto os denominados de “terroristas” não estariam contemplados, já os militares que torturaram e assassinaram estavam resguardados: “a lei lhes deu a segurança de que jamais seriam punidos e, mais do que isso, nunca sequer se sentariam no banco dos réus” (SENADO, 2019). O parlamentar Milton Brandão (Arena-PI), da base golpista, engrandecia na tribuna o projeto de lei e o General Figueiredo, o último general a comandar a ditadura militar: “Com suas mãos estendidas no sentido da pacificação, o senhor presidente da República demonstrou a sua formação cívica e espiritual e praticou um gesto de grandeza e coragem” (SENADO, 2019). O senador Henrique de La Rocque (Arena-MA), consoante ao seu amigo de partido, afirmou: “A anistia é o bálsamo que cicatriza feridas” (SENADO, 2019). Por outro lado, o deputado Alceu Collares (MDB), único partido de oposição permitido, afirma: “Trata-se de uma discriminação odiosa e injustificada, uma aberração jurídica” (SENADO, 2019).

Depois da votação, anistia e esquecimento passaram a se coordenar nos discursos da Arena sobre a importância da aprovação do projeto de lei. A anistia como apagamento de uma página sombria, de superação dos terrores acometidos a sociedade brasileira pelo Estado, de perdão aos crimes políticos: essas e outras frases otimistas foram pronunciadas na ocasião. Aprovada a lei, antes de fechar a porta da ditadura militar, descortinava-se uma fresta cuja escuridão tivesse livre acesso, mais cedo ou mais tarde, a assombrar os pilares democráticos. No capítulo “*Post mortem*”, do livro *Os visitantes* (2016, p. 76), B. Kucinski criou um narrador que expõe o desânimo com o resultado da Lei da Anistia: “passaram-se dois anos. Lurdes demitiu-se da missão de Anistia, desgostosa com a tibieza do governo perante os militares”.

Em 2010, a Ordem dos Advogados do Brasil, com a intenção de realizar

uma reparação histórica – uma vez que a Lei da Anistia não só realizou o perdão da resistência política, mas, como foi dito, utilizaram-na também para impedir a abertura de documentos comprometedores e esclarecedores sobre os crimes cometidos pelas forças armadas –, entrou com pedido de revisão na interpretação da lei. O Superior Tribunal Federal na ocasião “declarou improcedente, por sete votos a dois, a Arguição de Preceito Fundamental (ADPF-153)” (BARRIENTOS-PARRA; MIALHE, 2012, p. 27). Ou seja, a Ordem dos Advogados do Brasil argumentou que, conforme a *Constituição de 1988*, a “anistia concedida por essa lei não se estende aos crimes comuns como tortura, homicídio, desaparecimento forçado, abuso de autoridade, lesões corporais, estupro e atentado violento ao pudor, praticados pelos agentes da repressão” (BARRIENTOS-PARRA; MIALHE, 2012, p. 27).

Toda essa digressão sobre a Lei da Anistia se justifica mediante o fato de este ser um dos maiores entraves sobre a questão do esclarecimento e justiça no que se refere as violações de direitos humanos cometidos na ditadura. Se a ficção de Kucinski expõe como um dos problemas centrais a falta de informações para obter a verdade sobre os desaparecidos, a Lei da Anistia é o grande empecilho para a busca por verdade, memória, justiça e reparação no que se refere à ditadura militar no Brasil. Ela é mais uma engrenagem do muro de informações falsas ou precárias sobre a ditadura e uma forma de violência do silêncio do sistema repressor ainda atuante.

Em *Os visitantes* (2016, p.76), no último capítulo, o personagem escritor do livro *K. relato de uma busca*, pensava que conseguiria informações sobre a irmã por meio da entrevista televisiva do “agente da repressão que sabe o que aconteceu” com desaparecidos políticos. Porém, a entrevista gera mais camadas de encobrimento sobre o que já estava encoberto. É a Lei da Anistia que gerará a possibilidade de dúvida sobre a história contada pelo agente:

Entendemos que enquanto não se encontrar o corpo de um desaparecido trata-se de crime continuado de sequestro, portanto fora do âmbito da lei de anistia; ora se tomarmos como verdade que os corpos foram cremados, deixa de ser crime continuado e os criminosos se safam, ganham a imunidade da lei de Anistia. (KUCINSKI, 2016, p.82)

Podemos ir adiante afirmar que a Lei da Anistia não é só uma engrenagem do sistema repressor, mas o motor que dá vida a essa máquina autoritária na política brasileira. Logo, tem-se na promulgação da Lei da Anistia a presença do mecanismo da dialética do absurdo, guardadas as devidas sutilezas distintivas ocorridas devido à

abertura política. Por conseguinte, o sistema repressivo vê na Lei da Anistia uma forma de permanecer atuante no poder político brasileiro.

No que tange a penalizar judicialmente os perpetradores da ditadura, vale aqui apontar para duas questões que o último capítulo de *K. relato de uma busca* parece propor. A primeira é sobre a reparação histórica: responsabilizar criminalmente os perpetradores e obter respostas sobre os vários desaparecidos políticos para estabelecer justiça para os familiares de vítimas da ditadura; a segunda, e como consequência da anterior, diz respeito à prevenção e o fortalecimento do sistema democrático, obstruindo, assim, as veias ditatoriais que ainda percorrem o Brasil. É isso que parece está submerso na densa malha semântica no romance, que refere a ação da OAB em capitanear ações propagandistas para pressionar o STF a rever a interpretação da Lei da Anistia, e a imagem na qual o filho do narrador recebe o telefonema cujo fim último seria perpetuar o sofrimento na segunda geração das vítimas dos desaparecidos políticos. Trata-se então de transmitir não memória, mas sofrimento e dor.

Ao considerar a conjuntura discursiva da justiça de transição, pode-se criar um paralelo com o conceito da dialética do absurdo: discursos em conflitos extrapolam, por serem paradoxais, os limites da razão. Compreende-se então que o dispositivo discursivo enquanto parte composicional, logo, como elemento poético de *K. relato de uma busca*, subsume uma tecnologia do poder estrutural, latente, sobretudo nas instituições políticas brasileiras, e normalizada pelas demais instituições sociais, precisamente, e antes de tudo, uma estratégia pela qual o Estado buscou “docilizar” os corpos para garantir a sua permanência no poder.

Consequentemente, o romance de B. Kucinski realiza, no contexto político de embate sobre construção da história que se dá, como indicou Benjamin (2016, p. 249), no “tempo do agora” uma história outra, diferente da versão do Estado, mas a das vítimas pela ditadura e seus familiares, uma totalidade de lembranças dolorosas, porém essenciais para colaborar na construção de memórias desse período da história recente brasileira. E, assim, quem sabe, impossibilitar que o processo social genocida, herdado da ditadura militar, continue a encobrir os crimes cometidos pelo Estado terrorista na ditadura e exterminando vidas nas periferias brasileiras; e desconstrua em parte da sociedade o mito sobre o sucesso do governo sob a tutela do regime militar, pensamento ainda vivo em vários brasileiros demonstrados nos protestos ocorridos no início de 2023 em todo o Brasil, depois da posse do presidente

Luiz Inácio Lula da Silva, nos quais não raras vezes encontram-se pessoas reivindicando intervenção militar.

Logo, o fato de uma parte da sociedade apoiar atualmente um ex-presidente declaradamente autoritário, com viés discursivo nazifascista, apoiar perpetradores de genocídios dos povos indígenas Yanomami, a corrupção das vacinas da Covid-19, dentre muitos outros atos atrozés, pura e simplesmente para manter um sistema de poder que preza sobretudo pela profunda desigualdade social, para um maior poder do empresariado, grandes investidores do mercado financeiro, sobre a massa assalariada. Revela, assim, uma sociedade desprovida de humanismo e completamente regida pela barbárie.

4 K. CONTRA O TOTALITARISMO INSTITUCIONAL.

4.1 O percurso da busca, a violência do silêncio, a metamorfose de K e o muro do silêncio e o mal de melancolia

K., após dez dias sem estabelecer contato com a filha, é acometido por pensamentos negativos. Ela telefonava para o pai rotineiramente aos domingos. O pessimismo o tomou por completo quando a filha não atendeu as suas ligações. Ao término daquele dia, o pai adormeceu pensando na possibilidade iminente de uma tragédia. Dessa forma, inicia-se o segundo capítulo de *K. relato de uma busca*, “Sorvedouro de pessoas”. Neste ponto, principia a busca incontornável de K. para encontrar sua filha. E, por outro lado, são expostas às ações das instituições para impossibilitar o pai de conseguir informações sobre o destino da desaparecida política. Nosso objetivo neste capítulo é esclarecer as estratégias utilizadas pelos familiares dos desaparecidos políticos e pelo governo repressor da ditadura militar, tais como representados no romance.

No dia seguinte, K. foi à Universidade de São Paulo, onde a filha era professora. Aqui, o personagem se depara com a instituição palco da resistência à ditadura por alunos e professores, e, certamente por isso, um local atingido pela violência do regime. A universidade, por outro lado, reproduz as condições políticas do Estado autocrático brasileiro. Vários personagens, por medo ou por afinidade ideológica, converteram-se à política autoritária. Conforme a afirmação do professor Rodrigo Motta, “[a]s universidades representam espaço privilegiado para observar os entrecosques das diferentes forças que moveram o experimento autoritário brasileiro” (2014, p. 23).

Na instituição, as professoras amigas da desaparecida informam a K. sobre a ausência da sua filha no trabalho. Diante disso, ele pondera ir à reitoria com esperança de lá obter informações sobre a filha. Porém, as docentes advertem-no sobre o perigo de tal investida, uma vez que os agentes da repressão fiscalizavam a rotina na universidade.

Ela não veio hoje, disseram as amigas. Hesitantes, olhavam de soslaio umas para as outras. Depois, como se temessem a indiscrição das paredes, puxaram K. para conversar no jardim. Então revelaram que havia onze dias ela não aparecia. Sim, com certeza, onze dias, contando dois finais de

semana. Ela, que nunca deixara de dar uma única aula. Falavam aos sussurros, sem completar as frases, como se cada palavra escondesse mil outras de sentidos proibidos. (KUCINSKI, 2016, p. 18)

As expressões de medo das personagens chamam atenção na cena: “olhavam de soslaio umas para as outras”. A censura e a violência são engrenagens da máquina autoritária instalada na universidade. Estas reações das professoras são causadas pela presença de agentes da repressão e, conseqüentemente, da violência praticada e normalizada nos estabelecimentos de ensino superior: “há gente estranha no campus. Anotam chapas de carros. Eles estão dentro da reitoria” (KUCINSKI, 2016, p. 16).

O terror, ocasionado pela crueldade das ações praticadas pelos militares dentro e fora das instituições de ensino superior, constitui um dos pilares da estrutura intransponível do governo autocrático. A conversa de K. com as amigas da filha notabiliza o paradoxo da normalidade dos regimes de exceção nesse ambiente: “[c]om a influência da cultura política brasileira, os governos militares desenvolveram políticas ambíguas e conciliatórias, em que os paradoxos ultrapassavam a contradição” (MOTTA, 2014, p. 23). Dessa forma, a universidade recebeu investimentos significativos nesse período, porém, como espaço destinado à liberdade de ideias e à construção de conhecimentos, tornou-se um local de recalque dos estudos críticos, de restrição da liberdade de expressão e de violência contra os divergentes. Por isso, K. não deveria visitar a reitoria.

Os princípios que regem as instituições têm função distinta no regime militar, porque elas passam a funcionar pautadas na violência e no autoritarismo, e direcionadas a fortalecer o sistema político totalitário. É isso que o texto de Kucinski parece denunciar, quando expõe a naturalidade com a qual a gestão da universidade encarou o desaparecimento de uma professora assídua: “ela, que nunca deixara de dar uma aula” (KUCINSKI, 2016, p.18). O romance avança da representação crítica do papel das universidades na ditadura, quando, no capítulo “A reunião da Congregação”, narra a assembleia no departamento de Química da USP organizada com intuito de providenciar a demissão da professora desaparecida: “Esta é a quadragésima sexta reunião mensal da Congregação, órgão supremo do Instituto. Estamos no dia 23 de outubro de 1975. Passaram-se dezenove meses desde o desaparecimento da filha de K.” (KUCINSKI, 2016, p. 142).

Nesta reunião, colegas de departamento, uns por medo, outros por convicção, votaram e aprovaram a dispensa da filha de K. por abandono de função, em um caso no qual todos sabiam que ela fora sequestrada pelo governo autocrático: “Passou-se à votação secreta do relatório propondo a demissão da professora. Foi aprovado por treze votos favoráveis e dois votos em branco” (KUCINSKI, 2016, p. 148). A reunião serve aos propósitos do governo militar, sobretudo por velar a violência cometida contra a professora, e, com isso, promover a violência do silêncio contra K. A estratégia é a mesma das cartas do banco à destinatária inexistente: manter a desaparecida viva para não ser matéria de memória da sociedade.

Na primeira instituição do sistema labiríntico montado pelo Estado genocida, K. começa a perceber a dimensão do problema no qual estava inserido. As incertezas sobre o que acontecera com a filha e o clima de medo encontrados na universidade intensificaram no personagem a angústia e a culpa. Ele, ao seguir a sua jornada, começa a sentir as ações violentas do sistema de tortura psicológica. Isto é, a violência causada pela orquestração da desinformação e da negação em torno do destino dos desaparecidos políticos. Nesse momento inicial do percurso de K., a tortura psicológica é resultado do que o narrador denominou de "sumidouro de pessoas", expressão que deu título a um dos capítulos. Trata-se de um "sistema que engole pessoas sem deixar traços" (KUCINSKI, 2016, p. 21), isto é, agentes do Estado sequestram, torturam, assassinam e eliminam pessoas, junto com seus corpos. Como resultado, os familiares dos desaparecidos políticos tiveram que abdicar de suas vidas para procurar o seu familiar. Nesse processo de busca, à medida que eles avançam, mais se aprofundam no submundo do terror da ditadura.

K., em seguida, vai à delegacia de desaparecidos. Um amigo advogado o advertiu que seria apenas uma "obrigação formal de pai" (KUCINSKI, 2016, p. 20), visto que, o *habeas corpus* havia sido suspenso em casos de prisões por crimes políticos. A obra, com essa informação, aponta ao contexto repressivo do período cuja violência ganhara novos contornos após o AI-5. Do mesmo modo, parece lembrar a impossibilidade de sucesso de K. na busca da filha. Já que a instituição responsável por assistir a comunidade civil em caso de desaparecimento estava proibida de agir em situações políticas. Aqui, o velho pai progride em relação às informações obtidas na instituição anterior. Se na universidade ele não vai à reitoria, aqui ele conversa com o delegado. O importante não é o resultado, o sistema é intransponível, mas mostrar o quanto o personagem gradativamente enfrenta e atinge o regime repressor.

Na saga do velho pai, o destino agora é o Instituto Médico Legal. Indicação do delegado, na hipótese de ele não receber notícias da filha. No IML, ele “falou da inexplicável ausência da filha, sem mencionar política, mostrou sua foto de formatura, solene” (KUCINSKI, 2016, p. 21). Os funcionários afirmam que a mulher em questão não estava no local. Foram encontrados poucos corpos femininos, dentre os quais não havia mulheres brancas, portanto “não associavam aquele rosto a nenhum dos poucos cadáveres femininos, todos negros ou pardos. Quase todos, indigentes” (KUCINSKI, 2016, p. 21). A tragédia de uma mulher branca e doutora revela outra tragédia que se tornou banal, virou a norma. Ou seja, os corpos não identificados que chegam ao instituto são, sobretudo, de mulheres negras e pobres.

Ao resgatar este dado do IML, a narrativa põe em tensão o sistema do Estado genocida, no qual K. está inserido. No enredo observa-se que todas as ações do regime repressor têm como elemento central a dissimulação. Com o silêncio, a repressão almeja encobrir a miséria e as atrocidades resultantes das políticas do regime ditatorial. A cena do IML expõe dois estágios da violência no Brasil: um no aparente ineditismo na morte da mulher branca de classe média, professora universitária, pela violência política da ditadura; e o outro, advindo da colonização e da escravidão, com as mulheres negras e pobres enchendo necrotérios, revelando outra face do Estado colonial genocida e seu fundamento na história pouco ou nada elaborada da escravidão e do colonialismo.

A esperança e a felicidade que acometem K. ao não encontrar a filha no IML, esvaem-se ao olhar as fotografias dos “indigentes e desconhecidos” (KUCINSKI, 2016, p. 22). Quando o personagem observa a imagem — um rastro de memória, a presença de algo que não existe, ou seja, de indivíduos que nunca existiram para o Estado, além de não terem nenhum vínculo familiar com K., —, percebe-se uma empatia na narrativa, inclusive no tom do texto. A alegria baseada na esperança de encontrar a filha viva se esvazia diante das feições dos corpos indigentes comparadas às de pessoas que vivenciaram as invasões promovidas pelo exército nazista: “nem na guerra na Polônia depararam com rostos tão maltratados e olhos tão arregalados de medo” (KUCINSKI, 2016, p. 22). A ficção, nesta hipérbole, encontra-se mais um elemento estético cuja função é provocar tensão e rupturas no mundo simbólico perfeito criado pelos agentes do Estado totalitário no romance.

Neste mundo, professores universitários preferiram afastar a colega de profissão, mesmo sabendo que todos conheciam o real motivo da sua ausência no

trabalho, do que arriscar a carreira ou o nome da instituição. Neste mundo fantasmagórico, o fetiche maior é manter a sociedade perfeita afastada do “mal” do comunismo. A narrativa que se aproxima dos indigentes e das vítimas da guerra, para, assim, também se aproximar dos desaparecidos políticos, encontra uma contranarrativa na falta de compaixão do rabino com o pai no capítulo “A matzeivá”, no caso em que o pai buscava um local de memória para realizar o ritual de luto sem o corpo da filha. Nesse contexto narrativo, a empatia de K. é, além de absurda, subversiva e pedagógica. De modo a fugir do padrão das ações das personagens da história, parece indicar, indiretamente, ao leitor atento, uma nova forma de percepção estética, uma forma de não recalcar o “indigente ou desconhecido”, mas sim acolhê-los:

A experiência estética, a experiência da distância do real em relação a nós, experiência também da distância entre o real tal como ele é e qual poderia ser, essa experiência pode configurar um caminho privilegiado para o aprendizado ético por excelência que consiste em não recalcar o estranho e o estrangeiro, mas sim em ser capaz de acolhê-lo na sua estranheza. (GAGNEBIN, 2009, p. 94)

K. demonstra ter empatia pelos estranhos ao se concentrar na observação das imagens no IML, chegando a compará-las com as características físicas de pessoas que sofreram a guerra. Há uma desproporção lógica nessas duas medidas comparadas: rostos de mortos indigentes e de mortos em uma guerra. É no excesso comparativo que se encontra o distanciamento do real, cujo objetivo é proporcionar ao leitor um “caminho privilegiado para o aprendizado ético”. Para a Gagnebin, no trecho acima, a experiência estética é um caminho possível ao aprendizado ético. Este é resultado do choque causado pelo absurdo e pela compaixão, os quais resultam no leitor sofrer com o infortúnio do outro, resultante da identificação não por ser semelhante, mas sim por ser diferente. O livro mencionado nessa citação está fundamentado nos argumentos do filósofo Theodor W. Adorno, que sustenta a ideia de que, após as duas grandes guerras e o nazismo, surge uma nova proposta estética, que está ligada a um novo imperativo categórico, ambos voltados para o corpo estranho do outro, situado no campo das sensações, e não mais na razão, uma vez que está fundamentada na alteridade.

Dessa forma, a empatia de K. com os “indigentes e os desconhecidos” do IML serve a dois propósitos: proporcionar o aprendizado ético por meio do estético; e

apontar o desaparecimento forçado como um entrave que diz respeito ao coletivo (ideia constituída em conjunto com familiares de vítimas da ditadura referenciados ao longo da narrativa). O texto, assim, projeta-se não só no “eu” do personagem principal, mas, também, no “outro”, as vítimas políticas da ditadura.

Universidades, delegacias, institutos médicos são instituições reorganizadas pela engenharia de um governo totalitário a construir “o muro de silêncio entorno do sumidouro de pessoas” (KUCINSKI, 2016, p. 136). O exército foi uma das últimas instituições visitadas por K. Nesse percurso, assistiu ao julgamento da corte militar de um soldado que o havia extorquido com o objetivo de adquirir informações sobre o paradeiro da filha. “K. não sabia da existência de um tribunal de justiça Militar. Quando recebeu a citação, como timbre e a assinatura de um general do Exército, animou-se” (KUCINSKI, 2016, p. 135). O julgamento, como quase tudo no universo simbólico totalitário do romance, foi atravessado pelo absurdo. K. esperava que alguma informação sobre a filha fosse em algum momento revelada, “[e]le veio para perguntar sobre sua filha nesse contato formal com a justiça, o primeiro e único” (KUCINSKI, 2016, p. 138), mas logo percebeu que aquilo era mais uma armação da teia de mentiras e enganações engendradas pelo governo ditador. O falso general foi condenado não por extorsão, mas sim por mentir, conforme o exército, por transmitir a informação de que civis haviam estado em dependências militares.

O réu, sargento Valério, é condenado à perda de patente e um ano de reclusão, ao final da qual será expulso do exército, por ultrajar as forças armadas ao proparar com objetivos criminosos a falsa informação de que civis estiveram detidos em dependências militares. ‘Mas e a minha filha?’ erguendo-se num ímpeto, depois de lida a sentença. ‘Onde está minha filha?’, repete aos gritos (KUCINSKI, 2016, p. 140).

A arquitetônica erguida do muro impenetrável não pode ser danificada. A coesão entre as partes que a compõem é a base da sua solidez. Sob perspectiva dos juízes militares, Valério deve ser punido não por extorquir dinheiro de um pai que está sofrendo a dor da catástrofe — dor que não cessa, por não haver esclarecimento sobre os fatos, acarretando ao pai as incertezas sobre as condições físicas da filha — mas sim porque colocou em risco a estrutura hermética do sistema criado pelo governo autoritário: “tudo muito amarrado, para ninguém saber de nada” (KUCINSKI, 2016, p.136). O grito indignado de K., “Onde está minha filha?”, demonstra a normalidade do Estado repressor. A interrogação sem respostas é o símbolo para o

êxito da operação. A dúvida e o silêncio assegurarão "que quarenta anos depois esse muro ainda estará de pé, intocado" (KUCINSKI, 2016, p.136). A alegoria do muro impenetrável representa o sistema do Estado brasileiro que dificulta ao máximo o esclarecimento sobre as vítimas da ditadura militar.

4.1.1 A violência do silêncio

O governo militar usa o silêncio como arma de tortura contra os familiares das vítimas. No capítulo, "Sobreviventes, uma reflexão", em que é esclarecido o conceito totalitarismo institucional, o qual consiste no conjunto de estratégias para impedir que os familiares das vítimas obtenham informações sobre os desaparecidos políticos. O narrador expõe as violências cometidas por este sistema e o impacto em não revelar aos familiares a verdade sobre os desaparecidos.

A violência do silêncio pode ser observada em vários momentos da narrativa. A impossibilidade de K. chegar à reitoria devido aos infiltrados do governo autoritário. As contradições propositais dos informantes. O desaparecimento de Jacob. A falsa informação sobre o paradeiro da filha dada pelo delegado do submundo da ditadura. As extorsões do falso general. Os bilhetes do exterior com a assinatura falsa da filha. Os cartões de crédito enviados pelos correios. As ligações de falsários afirmando ter informações sobre a desaparecida política. Estas ações planejadas que visam enganar o personagem K. e ocultar a face genocida do governo são partes integrantes da violência do silêncio.

Nesse conflito que ocorre no campo psicológico, o silêncio é uma estratégia utilizada para torturar os familiares das vítimas e do personagem K. Por meio dessa violência, o indivíduo sente a dor da morte diversas vezes em vida. Sem explicações claras sobre o que ocorreu, sem o paradeiro das vítimas e, até mesmo, dos corpos, K. vive em um ciclo temporal entre a esperança de que a filha esteja viva e a certeza de que ela está morta. Além de abdicar da própria vida à procura da filha, cada fio de esperança motivada pela mentira da máquina de silêncio faz ressurgir a possibilidade de encontrá-la com vida e, com os desencontros, sente novamente a dor da morte do desaparecido. Cada ação que impede o "esclarecimento dos sequestros e execuções, de como se deu cada crime" (KUCINSKI, 2016, p. 156) comete uma violência do silêncio, logo um múltiplo assassinato em vida.

4.1.2 A metamorfose de K.

Os familiares dos desaparecidos, assim como Gregor Samsa da novela de Kafka, *A metamorfose* (2011, p. 227), sofrem uma profunda transformação, “a metamorfose lenta e autocontrolada” (KUCINSKI, 2016, p. 85), como é mencionado pelo narrador no capítulo “Imunidades, um paradoxo”. Os familiares dos desaparecidos assumem nova identidade. Esta traz consigo um conjunto de práticas sociais, muitas vezes incompatíveis com as práticas anteriores. A sensação é de estar em outro universo ou no mesmo mundo com outro eu, semelhante à experiência de Gregor ao despertar com uma nova identidade, uma nova forma de vida: “[q]uando certa manhã em que Gregor Samsa acordou de sonhos intranquilos, encontrou-se em sua cama metamorfoseado num inseto monstruoso” (KAFKA, 2011, p.227). A partir deste momento, Gregor experimenta um mundo diferente em relação ao seu novo estado físico, com o desafio de reaprender como viver nesse novo corpo.

O despertar à existência da violência pautada na mentira e dissimulação instituída pelo sistema totalitário, surge para K. nos primeiros sinais da ausência da filha. Gradativamente, toma conhecimento sobre a política brasileira e a vida de clandestinidade na qual ela estava inserida. A cada investida para solucionar o desaparecimento, um novo obstáculo surge, dificultando obter informações que o auxiliem a encontrá-la. A partir dessas desventuras, K. gradativamente se modifica.

A epifania do personagem acontece numa manifestação, quando ele se depara com a sua imagem refletida em uma vitrine na avenida. Aqui, ele já não é o mesmo. Não por uma escolha subjetiva, mas por um imperativo categórico objetivo, social e histórico, “não é mais ele, o escritor, o poeta, o professor de iídiche, não é mais um indivíduo, virou um símbolo, o ícone do pai de uma desaparecida política” (KUCINSKI, 2016, p. 84). Se, por um lado, a situação rendeu certa imunidade contra o “sorvedouro de pessoas”, por outro, tornou-se vítima da violência do silêncio. Dessa forma, sem a revelação do destino dos desaparecidos e sem as punições contra os agentes militares perpetradores de crimes contra a humanidade, isto é, sem verdade, memória e justiça, o velho pai será submetido a mais uma transformação, ele passou de um ícone para um “tronco inútil de uma árvore seca” (KUCINSKI, 2016, p. 85).

Ao contrário de Gregor, a metamorfose de K. foi “lenta e autocontrolada”. O narrador, no início do capítulo “Imunidades, um paradoxo”, afirma o quanto o pai que procura uma filha desaparecida é forte e destemido. Irreversivelmente é impelido

a confrontar o sistema montado pelos militares na ditadura: “primeira tarefa do sobrevivente então é, paradoxalmente, ir ao encontro da morte, dependendo disso o caminho para vida” (SELIGMANN-SILVA, 2022, p. 145). Encontrar a filha seria a única condição para perlaborar o trauma, isto é, passar pelas etapas do luto para superar a dor da perda, por conseguinte conseguir viver. A cautela observada nas situações com as quais o pai se deparava no início da busca é reflexo da perplexidade diante do “labirinto inesperado da desapareição” (KUCINSKI, 2016, p. 83). Além disso, o cuidado se deve ao personagem, inicialmente, procurar informações sobre o contexto político do período. Uma vez ciente da situação, a esperança de encontrar a filha o leva a agir discretamente.

Após compreender a situação política, K., menos cauteloso, “ergue a voz”. No auge da ditadura, ele percebe o quanto a própria vida é importante no sistema do desaparecimento forçado. Isso porque no ápice da jornada da procura da filha, ele “virou um símbolo, o ícone do pai de uma desaparecida política” (2016, p. 84). Ele sabe que isso o salvou e, se não fosse assim, teria desaparecido no “sorvedouro de pessoas”. Matá-lo seria “passar recibo”, provar a existência do processo social genocida, “qualquer um pode ser engolido pelo vórtice do sorvedouro de pessoas, ou atropelado e despejado num buraco qualquer, menos ele. Com ele a repressão não mexe, mesmo quando grita. Mexer com ele seria confessar” (KUCINSKI, 2016, p. 84).

A presente situação do personagem provoca a falta de esperança de encontrar a filha viva. O atual estágio da busca exigia uma mudança de objetivos: o “quê” aconteceu se metamorfoseia no “como” aconteceu. K. já sabe que a sua filha está morta, assassinada pela repressão, porém não vai parar de procurá-la. Quer ultrapassar a muralha do silêncio, quer conhecer os fatos velados sobre o desaparecimento da filha. O relato sobre o que ocorreu com ela, ajudaria o velho pai a dimensionar a sua culpa na tragédia. A repressão permite a K. não saber mais do que era necessário para que, ao passar dos anos, canalizasse a culpa da catástrofe do desaparecimento para si: uma culpa privada, individual.

Dessa forma, a violência do silêncio, que permanece ativa após a aparente normalidade da dissolução da ditadura militar e a criação de um regime democrático, faz de K. uma “árvore seca” de informações e, por conseguinte, de vida. Tal normalidade é simbolizada em boa medida pela Lei da Anistia, com a qual surgiu o mito do esquecimento conciliador, proporcionando à sociedade uma barreira à memória da ditadura militar. K. “já não empunha o mastro com a fotografia. Deixa de

ser um ícone. Já não é mais nada. É um tronco inútil de uma árvore seca” (KUCINSKI, 2016, p. 85). Logo, um morto em vida, vazio de esperança, embora repleto de culpa.

4.1.3 O muro de silêncio e o mal de melancolia

Contra a necessidade de saber do pai, ergue-se um "muro de silêncio" institucional. Isso gera a melancolia no pai que vive a culpa, resultante da indiferença, do cinismo e da censura institucional. Sobre o estado melancólico de K., utilizando-se da intertextualidade, o narrador onisciente discorre sobre como K. e sua esposa esconderam dos filhos a perda de parentes na Polônia, durante o Holocausto. Em seguida, o narrador, como se estivesse pensando com K., analisa aspectos do filme *A escolha de Sofia*, dirigido e roteirizado por Alan J. Pakula, e do romance *O processo* e do conto “O veredito”, de Franz Kafka, para realizar “um paralelo entre a culpa do personagem de Sophie, a dos personagens de Kafka e aquela de todos os sobreviventes da ditadura militar brasileira” (GODEAU, 2018, p. 131). O soldado força Sophie, protagonista do filme, a escolher o filho a ser executado; Joseph K., protagonista de *O processo*, “examina seu passado até os ínfimos detalhes, em busca do erro escondido, da razão de estar sendo processado”; em “O veredito”, o pai acusa o filho e ordena-lhe que se afogue: o filho aceita a culpa fictícia “e vai se atirar ao rio” (KUCINSKI, 2016, p. 156).

A comparação entre estas obras ficcionais é de ordem temática, enfatizando a predominância do sentimento de culpa pelos personagens, “a amarra analógica não é de ordem estética, mas temática” (GODEAU, 2018, p.131). E, mais do que o sentimento de culpa, observa-se nas três histórias a imposição violenta da culpa por uma autoridade: o militar que força Sofie a escolher um dos filhos para ser executado; o pai que inflige temor frente a seu julgamento, segundo a interpretação de Milan Kundera, em Kafka; e os agentes da ditadura militar que escondem e suprimem informações sobre os desaparecidos políticos, em *K. relato de uma busca*. Esse imperativo da culpa desencadeará às vítimas patologias psíquicas. Por isso, o narrador afirma que “todo sobrevivente sofre em algum grau o mal da melancolia” (KUCINSKI, 2016, p. 154).

Essa patologia é sintoma do trauma. Este é um “termo derivado do grego e significa etimologicamente ‘ferida’” (SELIGMANN-SILVA, 2022, p. 163). Isto é, um acontecimento difícil de ser assimilado, a dor do acontecimento permanece por um

longo período: “o sobrevivente só vive o presente por algum tempo; vencido o espanto de ter sobrevivido, superada a tarefa da retomada da vida normal, ressurgem com força os demônios do passado” (KUCINSKI, 2016, p.154). Desde o início da jornada de K. em busca da filha, o leitor é introduzido à vida do personagem momentos antes de sua fuga para o Brasil. O relato do genocídio nazista é realizado simultaneamente aos eventos da ditadura militar. K. é atormentado por dois demônios: o do passado nazista e o do presente do desaparecimento da ditadura militar.

As histórias do passado e do presente sobre a vida de K. se cruzam na narrativa. Nessas intercessões, o personagem estabelece um grau de superioridade à catástrofe do desaparecimento na ditadura em detrimento ao genocídio nazista: “até os nazistas que reduziam suas vítimas a cinzas registravam os mortos. Cada um tinha um número, tatuado no braço. [...] Não havia a agonia da incerteza [...] não era um sumidouro de pessoas” (KUCINSKI, 2016, p. 25). Como elemento estético, as passagens da narrativa que relatam a vida juvenil de K. na Polônia funcionam como um potencializador semântico à violência contra as vítimas da ditadura brasileira e, principalmente, contra os seus familiares. Ao mesmo tempo, inscreve estas vítimas em um campo simbólico amplo do campo de batalha do século XX.

Na comparação, o narrador tem como foco interpretativo as famílias das vítimas: os números no braço colaboram para elucidar o paradeiro das vítimas do genocídio nazista. É a tatuagem numérica que proporcionará a condição de luto para os familiares, pois por meio dela há a certeza da morte, logo o esclarecimento sobre a tragédia de cada indivíduo no massacre nazista. Essa segunda história também tem a função no romance de desconstruir a ideia de uma ditadura branda – ou ditabranda, termo disseminado pelo jornal *Folha de São Paulo* em texto de fevereiro de 2009. Essa micronarrativa sobre a vida de K. e o genocídio nazista também possui a função de potencializar dramaticamente a memória da ditadura: “[n]em na época da guerra na Polônia deparara com rostos tão maltratados” (p. 22); “diferente de tudo que ele havia conhecido, mesmo na Polônia” (p. 35); “[m]as na Polônia, embora a repressão fosse dura, quando prendiam, registravam, avisavam a família” (p. 136). A narrativa se configura assim como elemento estético de resistência contra a histórica oficial que tende a minimizar, a silenciar e até mesmo, em certos setores sociais, comemorar sobre tal período histórico.

A metamorfose de K. acontece a cada conflito contra o totalitarismo institucional. Essas revelações do seu passado surgem devido à transformação não

implicar apenas mudanças na rotina, mas também no seu mundo interior. Na verdade, a situação política que se descortina diante dele foi um gatilho para o trauma do genocídio nazista, do qual é um sobrevivente. A alienação política de K. é estratégia para “viver o presente”, mergulhando na literatura iídiche e se protegendo da situação política do país de onde viera fugido da Polônia devido à invasão nazista. Não falar com a família sobre os familiares mortos na Polônia é mecanismo utilizado por K. para vencer “os demônios do passado”, a culpa por sobreviver. Para o personagem, este trauma tem caráter paradoxal, porque além de evidenciar a condição de um passado intransponível, assume, para o narrador, a condição de enfatizar a culpa. O narrador logo no início da desventura do pai à procura da filha expõe tal questão:

E como não perceber o tumulto dos novos tempos, ele escolado em política? Quem sabe teria sido diferente se, em vez dos amigos escritores do iídiche, essa língua morta que só poucos velhos ainda falam, prestasse mais atenção ao que acontecia no país naquele momento? (KUCINSKI, 2016, p. 16).

O questionamento e a dúvida são elementos que aumentam a sensação de culpa pelo desaparecimento da filha, “a culpa, alimentada pela dúvida e opacidade dos desejos” (KUCINSKI, 2016, p. 156). Conforme perceptível na narrativa, a experiência política adquirida na “militância clandestina na Polônia”, devido à vivência da dor da perda familiar em um sistema político totalitário e genocida, é também um fator de culpabilidade para o personagem. Porém, a patologia psíquica, “mal de melancolia”, na qual K. se encontra, poderia ser resolvida caso o Estado esclarecesse o que aconteceu com a filha: “[p]orque é obvio que o esclarecimento dos sequestros e execuções, de como e quando se deu cada crime, acabaria com [...] que faz crer que, se tivéssemos agidos diferentes [...] a tragédia teria sido abortada” (KUCINSKI, 2016, p. 156).

Como foi demonstrado, não é parte do plano do governo fornecer esclarecimentos. Ao contrário, esses mecanismos são parte integrante do sistema de culpabilização. Essa culpa ocasionada por um trauma, como explica o narrador no capítulo “Sobreviventes, uma reflexão”, é o sintoma de doença psíquica “mal de melancolia” da qual todos os sobreviventes padecem.

Maria Rita Kehl (2009, p. 34), em seu livro *Tempo e cão*, a partir do esforço de desconstruir a ideia de que a melancolia é sinônimo de depressão, discorre sobre os significados sociais atribuídos à melancolia. Ela afirma que o melancólico da idade média ao Renascimento é compreendido como um indivíduo que não consegue

perceber o seu local junto ao social. Imerso em reflexões, esse sujeito busca novas indicações sobre o que o Outro aguardava dele. Dessa forma, a melancolia era percebida como expressão do sintoma social. Na falta de um laço social que acolha a sua palavra, o sujeito sofre: o Outro já não pode ser internalizado, nem perdido.

Nesse sentido, parece que a ficção estende o conceito de melancolia, acrescentando nele o sintoma da culpa, “[a] culpa, sempre a culpa. A culpa de não ter percebido o medo em certo olhar. De ter agido de uma forma e não de outra. De não ter feito mais” (KUCINSKI, 2016, p. 155). A este sentimento soma-se o medo das incertezas que envolvem o caso do desaparecimento da filha e a tristeza infundável. O medo da filha estar morta, no primeiro momento; logo após, o de não conseguir realizar o ritual fúnebre, sem deixar de mencionar a tristeza permanente durante o processo de busca e logo a culpa como violência imposta.

Em síntese, observou-se nessa primeira parte do capítulo que na “guerra” travada entre os familiares de desaparecidos políticos e os agentes da ditadura militar, a ação das forças armadas se concentra em proporcionar às famílias das vítimas, através da violência do silêncio, o estado permanente de “mal da melancolia”: para isso, usaram a doutrina da “guerra psicológica adversa. Nessa modalidade de guerra, confundir o inimigo com mentiras é um recurso legítimo; equivalente às cortinas de fumaça da guerra convencional” (KUCINSKI, 2016, p. 64).

Dessa forma, o governo militar não apenas negava as torturas e as informações sobre as pessoas que haviam passado pelas instalações militares, como também usava dados falsos para enganar os familiares das vítimas. A falsa lista proferida em rede nacional por Armando Falcão, ministro da justiça do governo Ernesto Geisel, é uma das cenas na qual a narrativa apresenta estratégia de confundir com discursos inverídicos.

Estas ações do totalitarismo institucional traziam um objetivo duplo: desestruturar psicologicamente os familiares dos desaparecidos e desresponsabilizar o Estado pelos seus crimes. O resultado dessa dialética é um pai atormentado psicologicamente, impelido a continuar sua jornada para dimensionar o seu grau de culpa na tragédia da filha e impotente diante do “muro de silêncio” imposto pelo totalitarismo institucional.

4.2 As composições de regimes políticos totalitários: aproximações e distanciamentos entre o Nazismo, a Ditadura militar e o Totalitarismo institucional

Jeanne Marie Gagnebin (2009) em *Lembrar esquecer escrever* descreve a composição do mundo totalitário. Essa formulação é fundamentada nos escritos de Theodor W. Adorno. A estrutura do mundo totalitário é datada pela autora da terceira década do século XX, na Alemanha nazista. Ela visa responder à seguinte questão: como surgiu o mundo totalitário nazista?

Para responder a essa pergunta, ela divide o tempo e a relação entre o ser humano e a natureza em dois momentos históricos distintos. Ao primeiro denomina mímesis originária, ou seja, uma relação de identificação do ser humano com a natureza, na qual o humano se disfarça, esconde-se dos seus obstáculos. A mímesis originária seria o período em que o ser humano não usava a razão como uma ferramenta para a sobrevivência. “Essa estratégia mágico-mimética não é somente ineficaz. Ela é cruel e regressiva porque implica o sujeito não enfrentar o perigo, mas desistir de sua posição de sujeito, de sua identidade própria” (GAGNEBIN, 2009, p. 68). Se, por um lado, esse momento mágico-mimético aponta para o ser desprovido de uma *práxis* propositiva, por outro, contém um modo essencial de prazer: “essas práticas mágico-mimética, mesmo que ineficaz e regressivas, contêm um momento essencial de prazer. Ligado à dissolução dos limites do próprio eu” (GAGNEBIN, 2009, p. 68). A relação ser humano e natureza muda com o advento da proeminência da razão. A perspicácia do ardiloso Ulisses é o representante desse novo mundo.

Nessa nova condição humana, o prazer é reprimido e o ser humano é iluminado pela razão. Devido a isso, há uma nova forma de identificação: Jeanne Marie Gagnebin denomina-a de “mímesis da mímesis”. Esta surge devido ao recalque da “mímesis-originária”, num estágio da história na qual o capitalismo impede a identificação com o prazer. O tempo do gozo é reprimido em detrimento do tempo da produção e do acúmulo de capital.

Numa sociedade de classes organizada pelo lucro, os indivíduos não podem se permitir nenhuma vacilação identificatória; têm por obrigação de seguir as leis da produção capitalista, a lei do trabalho em vista da mais-valia (e não da realização pessoal ou coletiva), a lei da sexualidade familiar e higiênica com papéis sexuais bem determinados. Essa identidade rígida e civil se constitui, segundo Adorno e Horkheimer, por meio de um duplo processo: repressão e

recalque da mimesis originária, de um lado; identificação ao modelo do chefe duro e invencível, de outro (GAGNEBIN, 2009, p. 85).

A satisfação pessoal e coletiva é deixada de lado no sistema capitalista. O lucro advindo do acúmulo de capital é a lei que rege as regras da sociedade. Aqui, os sentimentos prazerosos são ressignificados. Dessa forma, eles estão inseridos no campo semântico do erro e da depravação da alma, ao passo que, para esta lógica, o trabalho alienado tem o papel de dignificar o ser humano. A síntese da dialética é a construção identitária na qual o indivíduo desfruta do prazer recalado na figura de um ídolo, na identificação com o herói, “[u]m chefe duro e invencível”. Ao mesmo tempo, desenvolve-se um amparo para a necessidade de canalizar as culpas do fracasso e infelicidades desse grupo, levando-o a criar vilões:

Essa identificação/projeção significa, portanto, o retorno cruel e eficaz do recalado: a mimesis primeira, prazerosa e perigosa, dispersiva, lúdica e barrenta, volta na figura paradigmática do líder/Führer único (le nom de l'Un, o nome do Um, diria La Boétie), intransigente, limpo e puro (rein). Para se tornar realmente eficaz, essa projeção não precisa só de herói(s), mas sobretudo de inimigos (GAGNEBIN, 2009, p. 85).

Deste modo, apresenta-se a condição do indivíduo desfrutar dos prazeres reprimidos no mundo capitalista, a canalização inconsciente dos prazeres recalados, proporcionou a criação de um líder autoritário e de inimigos responsáveis pelos infortúnios derivados da exploração capitalista. Aqui temos a formação do sistema totalitário nazista e do líder autoritário, Hitler; nele, os vilões são os judeus e, os indivíduos desse sistema fechado, Gagnebin (2009, p. 90) denominou de “paranoicos antissemitas”: “O brilho da loucura e da racionalidade extrema, unidas no sonho comum de uma totalidade absoluta e sem rasgos, esse brilho ilumina o rosto do paranoico”.

Cria-se com isso um mundo paralelo. Um tempo fechado onde não há espaço para imperfeição. Um mundo no qual tudo deve ser posto em prova pelo líder, o que não se enquadra a esse novo tempo deve ser eliminado. Estratégia de violência bastante semelhante ao processo de colonização americana.

Segundo o sociólogo argentino, Gabriel Gatti (2010), a colonização foi uma tentativa de inventar um novo tempo, a saber, uma nova Europa. Ele argumenta que a proposta de colonização da Europa se pautava na ideia de construir sociedades. Estas totalmente pautadas no imaginário de correção e observação: a criação de

coisas e pessoas. Resultou disso o duplo processo de extermínio: genocídio e etnocídio. Uma vez que no processo cultural empreendido pelos colonizadores os indivíduos ou aceitavam a nova identidade, ou eram exterminados:

Nasceram cidades, conceberam-se Estados, idealizaram-se imaginários, plenos de utopia, marcados pelo plano a partir do qual foram traçados e pelas cláusulas com que ele vinha enfeitado, entre outras, uma certa obrigação de manter o terreno livre de pragas. (GATTI, 2010, p. 62)

O sociólogo utiliza a metáfora do jardim de Angel Rama para reforçar a ideia de que o processo de colonização visava a construção utópica de uma nova Europa no novo mundo, na qual aqueles que não colaboravam eram exterminados. O objetivo era criar no novo continente a imagem e semelhança da sociedade “civilizada” europeia. Aqui também temos um padrão semelhante ao padrão totalitário nazista: criar um mundo no qual o herói é o continente europeu, e o inimigo, os bárbaros a serem eliminados. De acordo com Gatti (2010, p. 62):

Isto é relevante para o meu tema, a catástrofe do desaparecimento forçado de pessoas: condiciona um futuro que continuará a pensar em civilizar, manter e limpar. No fim de contas, esse futuro, o nosso presente, não está tão distante como isso desta origem.

De fato, “manter limpo” foi um dos projetos do mundo fechado do totalitarismo antisemita. Assim como ocorreu no mundo totalitário das ditaduras militares. E, como afirma Gatti, o modo de operação utilizado na colonização condicionou novos processos de genocídios sob argumentos moralistas de uma sociedade castradora do hedonismo, enclausurada pelas algemas do sistema capitalista.

Lília Mortiz Schwarcz, em *Sobre o autoritarismo brasileiro* (2019), em vertente teórica próxima de Gagnebin (2009) e de Gatti (2010), analisa o mundo mítico inventado pelos sistemas totalitários, nazismo e fascismo, para explicar o presente: “governos nazifascistas dos anos 1930 e 1940, que inventaram para si um passado mítico para justificar seu presente [têm] funcionado também como paradigma de uma série de líderes políticos contemporâneos” (SCHWARCZ, 2019, p. 227).

Enquanto Gatti apontou as violências de um sistema de governo totalitário na construção de um sistema idealizado da colonização para explicar a violência do desaparecimento forçado, Schwarz explica como sistemas atuais se baseiam em

eventos passados para projeção de um modo de governo autoritário: “O nosso passado escravocrata, o espectro do colonialismo, as estruturas de mandonismo e patriarcalismo, a da corrupção renitente, a discriminação racial, [...] todos esses elementos juntos tendem a reaparecer” (SCHWARCZ, 2019, p. 224). Ela utiliza o conceito de “tempo da exemplaridade” para definir arquitetura de tal mundo mítico.

O “tempo da exemplaridade” é o tempo da memória. Constrói-se a partir de um evento no passado idealizado, o qual impossibilita contradições; nele não há possibilidade de sofrimento. Assim cria-se o mito: este “como sistema de explicação e forma de mobilização” (SCHWARCZ, 2019, p. 226). Com isso, constrói um sistema atemporal, regido por lógica moralista, com leis próprias, sem espaço para as várias vozes conflitantes. Todo o discurso contrário ao estabelecido é desacreditado, expulso do mundo ideal. É uma arquitetura criada para dominação e eliminação dos corpos, por meio de um passado que evoca uma glória que não existe, uma memória posta fora do tempo, que “cria um tempo da exemplaridade” (SCHWARCZ, 2019, p. 225).

Em *K. relato de uma busca* é possível encontrar simbolicamente representado esse sistema autoritário apontado pelos pesquisadores cujas ideias sintetizamos anteriormente, uma vez que o romance remonta predominantemente o período totalitário. O Estado terrorista brasileiro é exposto na trama narrativa kucinskiana: os perpetradores, a filosofia de vida, as leis morais e as vítimas. Todos estão devidamente representados no enredo. Porém, o que chama atenção é o que não aparece nas teorias desses pensadores, e que a ficção de algum modo elabora, a saber, a sociedade composta pelos familiares das vítimas do sistema repressivo: “temos que mudar tudo, mineirinho. O inimigo agora são os familiares desses terroristas” (KUCINSKI, 2016, p. 69). E, mais precisamente, o conflito entre os familiares e o sistema totalitário, o qual o narrador kucinskiano denominou de totalitarismo institucional. Neste conflito o leitor entra no universo daqueles que sofreram a perda de um familiar na ditadura, castigados por não poderem velar os seus entes, ou de não terem informações sobre o que ocorreu com as vítimas da ditadura e por não conseguirem obter justiça com a condenação dos responsáveis pelos assassinatos dos desaparecidos políticos. *K.* é o símbolo deste universo.

4.3 O conflito K. contra o totalitarismo institucional na composição dos narradores

O conflito de K. contra o totalitarismo institucional pode ser observado na estrutura narrativa por meio da maneira como o narrador se apresenta. Em *K. relato de uma busca*, as perspectivas da narração são organizadas de maneira a possibilitar, entre outras questões, a divisão entre dois eixos: um composto pelo corpo social dos agentes e simpatizantes do sistema totalitário; o outro, por K. e os demais familiares de vítimas políticas. Como elemento nuclear da constituição do narrador, a princípio onisciente, instala-se uma descentralização, a partir da qual não há mais apenas um narrador detendo o monopólio da narrativa. A maneira pela qual são distribuídos os narradores e as suas ideologias no enredo apresentam questões significativas a respeito da tensão entre conjuntos de práticas regidos por ideologias políticas inerentes à ditadura militar.

K. relato de uma busca, como foi dito em outro momento dessa dissertação, é composto por vários narradores. No romance, este elemento narrativo possui as características do narrador descentrado. Sobre este conceito, Jaime Ginzburg define:

O centro, nesse caso é entendido como um conjunto de campos dominantes na história social – a política conservadora, a cultura patriarcal, o autoritarismo de Estado, a repressão continuada, a defesa de ideologias voltadas para o machismo, o racismo, a pureza ética, a heteronormatividade, a desigualdade econômica, entre outros. O descentramento seria compreendido como um conjunto de forças voltadas contra a exclusão social, política e econômica. (2012, p. 201)

Para Ginzburg, a utilização recorrente na literatura contemporânea de narradores descentrados estaria ligada à presença de *práxis* culturais voltadas para desestabilização do que ele chama de “campos dominantes da história social”. Ou seja, seria uma reação própria da forma literária contra a violência do autoritarismo colonial e escravocrata na sociedade perpetradora de genocídios.

Esse tipo de narrador, por consequência, estabelece no campo literário um conjunto de forças que põe em tensão a estrutura do romance, o qual destitui o narrador realista cartesiano: “trata-se de uma situação narrativa em que prevalece a objetividade, eliminando contradições, em favor de um discurso coerente e continuado” (GINZBURG, 2012, p. 202). Com isso, tem-se a ruptura da forma narrativa

em K., uma forma de resistência contra o processo social genocida perpetrado pelo Estado autoritário e repressivo.

Na narrativa de B. Kucinski, teríamos então um “narrador *chiffonnier* à procura dos fragmentos de um tempo esquecido ou recalçado que diz respeito não só a sua história pessoal [...]” (MAGRI, 2019, p.123), mas também coletiva. O conceito denominado *chiffonnier* foi retirado da obra de Walter Benjamin, o qual significa trapeiro, aquele que vive do que resgata do lixo. Um catador de trapos (MAGRI, 2019, p. 115). O narrador em K. resgata do lixo da história o sofrimento e a luta dos familiares de desaparecidos políticos, tanto no passado para encontrar os familiares, quanto no presente para obter justiça. Os cacos da vida de K. e da filha se amontoam como uma cortina de escombros no tecer fragmentado do narrador catador de lixo. Esse, em primeira pessoa, no primeiro e último capítulo, relata a perpetuação da dor da violência do silêncio contra a segunda geração de familiares das vítimas da ditadura. Apesar de narrar o sofrimento da família de K., não se ausenta de um posicionamento crítico contra os próprios opositores da ditadura. Ele também critica a desorganização do movimento insurgente e a sua falta de discernimento para perceber modos possivelmente menos devastadores de lutar contra a ditadura militar.

Tanto o narrador em primeira pessoa, irmão da vítima, quanto o narrador em terceira pessoa, onisciente, refletem uma postura política democrática e não-violenta. Outros narradores trazem vozes bem diversas, que defendem a violência e a mentira como garantidoras da ordem social. Portanto, o romance cria um tipo de espaço narrativo que possibilita a presença de diversas vozes no decorrer do enredo, como das amigas da faculdade onde a desaparecida trabalhava, dos familiares de desaparecidos políticos; e de personagens que aparentam estar do lado da ditadura militar: como os informantes de bairro, o dono de uma grande emissora e o rabino.

Em contrapartida, há no capítulo “A abertura”, um narrador em primeira pessoa, o qual é delegado dos agentes da repressão. Nele, é possível observar as ações das estratégias da guerra psicológica contra os familiares dos desaparecidos políticos:

Fogaça, senta aí. Senta aí porra. Escuta bem – tá tremendo por quê? Para de tremer, porra. Você vai fazer um servicinho. Se fizer direito, te solto. Entendeu? Você vai pegar esse telefone que está aí e eu vou te dar um número, vai atender um filho da puta de um velho e você vai dizer a ele o teu nome, pode dizer o teu nome mesmo, diz que você acaba de ser solto do Dops e que viu a filha dele aqui. (KUCINSKI, 2016, p. 66)

Como pode ser observado no trecho, a voz de Fogaça, preso político que estava nas dependências do Dops, não está presente. O capítulo traz apenas a voz do narrador. O discurso é autoritário e violento, verbos no imperativo, ausência da fala de outrem; ameaças repletas de palavrões intimidatórios. Apesar do narrador personagem dialogar com um detento, a estrutura textual apresenta apenas o discurso deste narrador. Portanto, os diálogos aparecem paradoxalmente como monólogos; ao leitor cabe inferir as possíveis falas e perguntas proferidas pelos demais personagens que participam da cena ficcional. Logo, é um narrador perpetrador da violência do silêncio, estrategista da guerra psicológica. Ele pertence ao eixo de tensão contra os demais narradores, e simboliza a face espúria do caráter político do Estado ditatorial.

Observou-se neste capítulo de nossa dissertação, que Gagnebin (2009), Gatti (2010) e Schwarcz (2019) apresentam modos de análise do caráter autoritário e genocida dos sistemas totalitários. A mimesis da mimesis, a metáfora do jardim e a eliminação das pragas e o tempo da exemplaridade apontam, cada qual à sua maneira, para a utilização do autoritarismo e da violência para exterminar povos ou inimigos “raciais” e políticos.

Os narradores descentrados reduzem a forma estrutural do romance ao conflito entre K. e o totalitarismo. A forma pela qual eles foram organizados no texto apontam para as estratégias do totalitarismo institucional. Alguns dos narradores em primeira pessoa são criados para representar a impossibilidade da existência do outro. Eles se utilizam da violência contra os seus opositores, simbolizando, assim, o próprio muro de silêncio do totalitarismo institucional. São os articuladores da engrenagem perpetradora da violência do silêncio. Utilizam-se da tortura psicológica e arquitetam o sofrimento do velho pai.

Os familiares dos desaparecidos são postos em uma batalha impossível de ser vencida. Todas investidas de K. contra o sistema totalitário falham. Mesmo quando parece conseguir algo, logo o mesmo sistema proporciona fracasso e sofrimento. É assim com Jacob, o informante argentino designado para obter informações sobre a filha de K., e que acabou também desaparecido; é assim quando um deputado convida K. para inaugurar uma placa com nome de rua em homenagem à filha: “O loteamento ficava no fim de mundo [...] ali, um projeto de lei de um vereador de esquerda deu a cada rua o nome de um desaparecido político” (KUCINSKI, 2016, p. 149). Na volta para casa, o pai observa que o nome do loteamento é o mesmo dado ao golpe pelos

militares: “Letras vermelhas com fundo verde: ‘Vila Redentora’. K. sente-se ultrajado; embora coincidência, era esse o nome dado pelos militares ao seu golpe” (KUCINSKI, 2016, p. 150).

Todavia, isso não significa que K. não incomodou o regime autoritário. Em vários momentos, em cada grito à procura da filha, o regime percebe de algum modo interpelado. A cada situação na qual narra o desaparecimento dela na expectativa de que alguém obtenha respostas para as suas angústias, ele incomoda os agentes da repressão: “é para foder mesmo com o velho; tô começando a pegar raiva desse judeu de merda” (KUCINSKI, 2016, p. 68). Esta fala é de um dos narradores em primeira pessoa que se apresentam no romance, neste caso, do delegado Fleury, bastante irritado com a insistência de K. em encontrar a filha. Apesar de todos os esforços, K. não consegue sair do labirinto projetado pelos algozes ditadores. Logo, percebemos que a estratégia do romance revela uma parte da memória sombria da ditadura: o sistema autoritário, o totalitarismo institucional, as violências silenciosas e o sofrimento interminável e geracional vivenciados pelos familiares dos desaparecidos na ditadura militar brasileira.

CONCLUSÃO

Nesta dissertação, apresentamos uma das possíveis leituras do Brasil ficcional de B. Kucinski. Observamos como o conjunto das obras deste escritor proporcionou uma leitura crítica do país. E como nos provocou uma reflexão sobre a violência estrutural e sobre os elementos estéticos da literatura brasileira contemporânea que têm como tema a ditadura militar.

Em uma análise crítica dialética, desmontamos os elementos que compõem *K. relato de uma busca*, sobretudo para observarmos o entrelace entre a forma composicional e o tecido da memória do desaparecimento forçado. Diante de temas tão sensíveis como o pai à procura da filha assassinada pelos agentes da ditadura; e o sequestro, a tortura, o assassinato e o desaparecimento político, os quais ganham forma ficcional nesse romance, que tem como pano de fundo o desaparecimento da irmã do autor, impôs-se uma pergunta inevitável: como narrar o inenarrável? Como dar forma às memórias tão dolorosas da nossa história recente? Sem respostas definitivas, trilhamos uma vereda interpretativa de possíveis proposições, que advêm da síntese do conteúdo e da forma do objeto analisado.

No primeiro capítulo da dissertação, constatamos como a linguagem é configurada no romance a partir do conteúdo que apresenta. Na dialética entre forma e conteúdo, observamos que a linguagem é objetiva e sucinta, devido à incapacidade de o protagonista expressar a dor da perda de uma filha, sequestrada pelo governo ditatorial, e sem que possa obter informações sobre o que poderia ter ocorrido com ela. A objetividade e silenciamento no ato de narrar, também apontam, por conseguinte, à função estética de expressar pela forma narrativa o contexto de censura e repressão na qual as personagens estavam inseridas. E isso explica, em parte, os capítulos curtos em *K. relato de uma busca*. Além disso, essa linguagem resumida, muitas vezes apagada, como acontece com o nome de alguns personagens, pode ser interpretada como uma forma de redução estrutural, nos termos de Antonio Candido, do desaparecimento forçado.

Inferimos, na análise, que os vários narradores da ficção de *K. relato de uma busca* são consequências daquilo que Theodor W. Adorno e Anatol Rosenfeld denominaram de perda do distanciamento estético do narrador em um tipo de romance do século XX. Teríamos então uma quebra da lógica do narrador onisciente, observada principalmente na predominância do discurso indireto livre. Ou por não

quererem, ou por não poderem contar as histórias de horrores das quais foram vítimas, ou então perpetradores, estas histórias exigem a presença de diversos narradores. Com isso, concordamos com a afirmação da professora Ivone Daré Rabelo, a respeito da necessidade de uma pluralidade de narradores para narrar os atos cruéis cometido pelos agentes da repressão.

Assim como as categorias de linguagem e de narrador, o tempo na ficção de B. Kucinski ganha contornos singulares. Ele segue uma ordem linear. A ficção inicia com um acontecimento no presente do narrador, volta ao passado da ditadura e finaliza novamente no presente, sem demarcadores linguísticos que indiquem tais mudanças temporais. Esses saltos temporais apontam o caráter ainda presente do sistema repressor da ditadura. A cena do último capítulo, onde o sobrinho recebe o telefonema no qual se afirma ter notícias da tia desaparecida, quarenta anos depois da tragédia, é entendida na pesquisa a partir da lógica que o tempo do período repressor é apresentado na narrativa de tal forma que é sempre presente.

O segundo capítulo da dissertação expõe o conceito de dialética do absurdo. Ele pode ser pensado a partir de pelo menos duas perspectivas paralelas. Por um lado, o conceito apresenta uma condição trans-histórica, como se o absurdo estivesse presente em todas as estruturas sociais, por outro, tencionamos colocá-lo em diálogo com os conceitos de fetichismo da mercadoria, de Karl Marx, e de fantasmagoria, de Walter Benjamin. Em articulação a estes dois conceitos, ao longo da pesquisa, observamos o funcionamento das engrenagens de composição da dialética do absurdo em *K. relato de uma busca*. No campo da forma, ele é encontrado no jogo linguístico com a ambiguidade, o paradoxo e a hipérbole; também é perceptível na constituição da protagonista ausente, desaparecida; no campo do conteúdo, a dialética do absurdo aparece na tentativa de apagamento da memória da ditadura, um memoricídio; no desaparecimento como estratégia genocida; e no silenciamento de personagens como Fogaça, que aparece no capítulo ironicamente intitulado “Abertura”, recebendo ao mesmo tempo, a liberdade condicional da cadeia e uma série de ordens para perpetrar a estrutura ditatorial.

Como exemplo da alienação provocada pelo mecanismo discursivo da dialética do absurdo, apresentamos a desumanização do rabino no capítulo “A matzeivá”. Figura pouco explorada pela fortuna crítica, é significativamente importante como imagem da naturalização da violência e desumanização em períodos autoritários. Entendemos este personagem como uma alegoria da dialética do

absurdo, já que ele mesmo diz para o pai da protagonista desaparecida: “O que você está pedindo é um absurdo, colocar uma lápide sem que exista o corpo” (KUCINSKI, 2016, p. 77).

O último passo na trilha sobre o conceito chave desta investigação foi observar o resultado desse mecanismo estético no leitor. Constatamos que a função da dialética do absurdo se efetiva na narrativa por meio do choque, proporcionado pela construção de enunciados contraditórios. Com isso, o livro se organiza com o objetivo de despertar o leitor para questões relativas à ditadura militar, entre as quais salientamos nesta dissertação o desaparecimento e a continuidade da estrutura ditatorial no presente.

O tema do desaparecimento forçado, de fato, guiou-nos do início ao fim. E, sobre isso, dispusemos de algumas páginas. Por ser uma questão de suma importante para sociedade brasileira, um problema social premente, e por ser matéria de vários romances contemporâneos, além do fato de ser parte da forma narrativa de *K. relato de uma busca*, ademais está presente em quase todas as obras ficcionais do autor, certamente o desaparecimento forçado é um assunto que merece ser aprofundado nos estudos sobre as obras de Kucinski.

Por conseguinte, após contextualizarmos e mapearmos a genealogia sobre o desaparecimento forçado, constatamos que ele funciona no romance como alegoria do processo social genocida, provocado pelo avanço do capitalismo no então chamado Terceiro Mundo. Este seria um processo invisibilizado pelas falácias oriundas da dialética do absurdo, que, por sua vez, é parte do que K. denomina, no romance, totalitarismo institucional, no capítulo “Sobreviventes, uma reflexão”. Logo, o desaparecimento forçado e o totalitarismo institucional constituem em *K.* a máquina genocida brasileira. Aquele eliminou os opositores políticos, e este exterminou a possibilidade de uma vida plena para os familiares das vítimas da ditadura.

O totalitarismo institucional foi analisado no final do estudo. Com ele, conseguimos desenhar o embate dos dois grupos sociais postos em tensão no decorrer da narrativa: os familiares das vítimas dos desaparecidos e o aparato institucional genocida que se erige contra os seus opositores. Uma vez que o sistema repressor eliminou a vítima com a estratégia do desaparecimento político, a família do desaparecido entra em um labirinto sem volta, na busca para encontrar o familiar sucumbido no “sumidouro de pessoas”. Nessa guerra psicológica, o totalitarismo institucional utiliza como arma a violência do silêncio, da culpa e do luto

individualizados, uma forma de tortura na qual se utiliza estratégias para impedir que os familiares descubram a verdade sobre os seus entes desaparecidos.

No romance, o narrador em primeira pessoa encarregou-se de articular e pôr em práticas tais estratégias para enganar com informações falsas as famílias das vítimas. Os agentes da ditadura tinham como objetivo, ao utilizá-las, canalizar a culpa do desaparecimento para os familiares. Tal procedimento obteve sucesso, uma vez que o personagem K. demonstra desde o início do enredo sentir-se culpado pelo desaparecimento da filha. Ele passou a sofrer o mal de melancolia, uma culpa ininterrupta e uma tristeza profunda por acreditar que de fato era o culpado pela tragédia.

Isso nos revelou que a obra de Kucinski, a partir do conceito de totalitarismo institucional, da busca de K. sempre infrutífera perante o muro de silêncio erguido pelas instituições e do imperativo categórico da culpa infligida aos familiares, reconstrói simbolicamente uma forma de sistema de governo totalitário perpetrador de genocídios permanentes, pois além de produzir o extermínio dos seus opositores, também perpetua o sofrimento às várias gerações dos familiares.

Tanto o desaparecido político como seu grupo familiar sofrem a metamorfose. Assumem uma nova forma ontológica, que espelha o desaparecimento político do familiar: apresentam-se na condição de nem vivos, nem mortos; K., mesmo vivo, está morto existencialmente. Tal fato, na perspectiva de K., parece não ter ocorrido nos demais processos genocidas. K. tenta provar seu ponto com as comparações entre a morte de parentes no nazismo e o desaparecimento da filha na ditadura, como pode ser observado em várias cenas na ficção.

Distante da pretensão de esgotarmos as possibilidades de leitura da obra, desejamos que este estudo, o qual, em perspectiva ampla, refletiu sobre os processos sociais genocidas e as formas literárias, colabore com a fortuna crítica de B. Kucinski e com os estudos sobre literatura brasileira contemporânea que abordam o tema da ditadura militar brasileira. Esperamos também que contribua com as políticas de memória sobre os extermínios no país e, por conseguinte, no combate ao processo de apagamento de memória em curso, uma vez que a pesquisa aborda problemas sociais latentes como a violência estrutural, o Estado autoritário colonial e o desaparecimento forçado na ditadura militar.

Esperamos que este material possa servir como ferramenta de reflexão para os professores de literatura do ensino básico. Que a tentativa que animou esta

pesquisa, de ler a literatura a contrapelo, sob o viés de uma estética da dor pautada na alteridade, resultando no aprendizado ético, contagie-os, assim como impacta a minha prática docente no ensino médio. Enfim, que os levem a refletir sobre a condição ética da literatura e sua potência no processo da educação humanística, como outra possibilidade de ensino, para além do estudo mecanicista das características das escolas literárias.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. Posição do narrador no romance contemporâneo. *In*: ADORNO, Theodor W. **Nota de Literatura I**. Tradução de Jorge de Almeida. Duas Cidades; Ed. 34. São Paulo. 2003, p. 55-63.

ADORNO, Theodor W. Crítica cultural e sociedade. *In*: ADORNO, Theodor W. **Indústria cultural e sociedade**. 14. ed. Rio de Janeiro: Terra e paz, 2021, p. 69-95.

AGÊNCIA SENADO FEDERAL. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-40-anos-lei-de-anistia-preparou-caminho-para-fim-da-ditadura>. Acesso em 23 fev. 2023.

ARAÚJO, Fábio Alves. **Das “técnicas” de fazer desaparecer corpos: desaparecimentos, violência, sofrimento e política**. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2014.

ARISTÓTELES. **A poética clássica** / Aristóteles, Horácio, Longino. Introdução Roberto de Oliveira Brandão; tradução Jaime Bruna. 7. ed. São Paulo: Cultrix, 1997.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: Nunca mais*. Prefácio de Dom Paulo Evaristo Arns. Petrópolis: Vozes, 2011.

AUERBACH, Erich. **Mimesis**: a representação da realidade na literatura. São Paulo: Perpectiva, 2009.

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. (Obras Escolhidas. v. 1).

BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

BARRIENTOS-PARRA, Jorge, MIALHE, Jorge Luís. Lei de Anistia: comentários à sentença do Supremo Tribunal Federal no caso da ADPF 153. **Revista de informação legislativa**, v. 49, n. 194, p. 23-40, abr./jun. 2012. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496575/000952677.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 05 de janeiro de 2023.

BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade*. Relatório, Brasília, DF: CNV. V. 1, 2014. Disponível em: <http://cnv.memóriasreveladas.gov.br>. Acesso em: 07.08. 2023.

BRASIL. LEI N° 6.683, DE 28 DE AGOSTO DE 1979. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=6683&ano=1979&ato=1efc3aU1EMrVT810>. Acesso em: 24 de junho de 2022.

BOSI, Alfredo. **Literatura e resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

CALVEIRO, Pilar. **Poder e desaparecimento**: os campos de concentração na Argentina. Tradução Fernando Correia Prado. São Paulo: Boitempo, 2013.

CASTRO, Ana. **Kaddish**: prece por uma desaparecida. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

FIGUEIREDO, Eurídice. **A literatura como arquivo da ditadura brasileira**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2017.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo: Grupo Folha, [2009] Diário. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1702200901.htm>>. Acesso em: 10. set. 2023.

CANDIDO, Antonio. **O discurso e a cidade**. São Paulo: Duas cidades, 1993.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Tradução de Claudio Willer. São Paulo: Veneta, 2020.

COMPAGNON, Antoine. **O demônio da teoria**: literatura e senso comum. Tradução Cleonice Paes Barreto Mourão, Consuelo Fortes Santiago. 2. Ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

CURY, Maria Zilda. *Non Habeas Corpus*: direito ao corpo na ficção de Bernardo Kucinski. In: GOMES, Gínia Maria (org.). **Narrativas Brasileiras Contemporâneas**: memórias da Repressão. Porto Alegre: Editora Polifonia, 2020, p. 39-62.

DALCASTAGNÈ, Regina. **O espaço da dor**: o regime de 64 no romance brasileiro.

FERNANDES, Denise. Recalcamento e retorno do recalcado. Online, 2018. Disponível em: <https://www.psicanaliseclinica.com/recalcamento-retorno-recalcado/>. Acesso em: 20 out. 2023.

FERREIRA, Rafael Nunes. **Literatura em tempos sombrios**: os porões da ditadura civil-militar no romance K. relato de uma busca, de Bernardo Kucinski. 2018. 116 F. Dissertação (Mestrado em Letras) Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

FICO, Carlos. **O golpe de 64**: momentos decisivos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FRANCO, Renato. **Literatura e catástrofe no Brasil**: anos 70. In: SELIGMAN-SILVA, Márcio. (org.) História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes. São Paulo: Editora Unicamp, 2003. p.351-370.

GAGNEBIN, Janne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. 2. ed. São Paulo: editora 34, 2009.

GATTI, Gabriel. O detido-desaparecido: catástrofe civilizacional, desmoroamento da identidade. **Revista Crítica de Ciências Sociais** [Online], 2010, p.57-78. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/77>. Acesso em: 01/03/2023.

GODEAU, Florence. Kafka pela memória. In. NITRINI, Sandra. HOSSNE, Andra Saad (org.). **Memória e trauma histórico**: Literatura e cinema. São Paulo: Hucitec, 2018.

GONZAGA, Eugenia Augusta. Apresentação. In. SOUZA, Maria Helena Soares (org.). **Memórias afetivas**: desaparecidos políticos. São Paulo: Alameda, 2020, p.15-21.

GINZBURG, Jaime. **Crítica em tempos de violência**. 2. ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, Fapesp, 2017.

GINZBURG, Jaime. **Literatura, violência e melancolia**. São Paulo: Autores Associados, 2012.

GINZBURG, Jaime. O narrador na literatura brasileira contemporânea. *Tintas. Quaderni di letterature iberiche e iberoamericane*, v. 2, p. 199-221, 2012. Disponível em: <http://riviste.unimi.it/index.php/tintas/article/view/2790/2999>. Acesso em: 20, de agosto, 2023.

KAFKA, Franz. **Essencial Franz Kafka**. Seleção, introdução e tradução de Modesto Carone. São Paulo: Penguin Classics e Companhia das Letras, 2011.

KEHL, Maria Rita. Tortura e sintoma social. *In*: TELES, Edson. SAFATLE, Vladimir (org.). **O que resta da ditadura**: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010.

KEHL, Maria Rita. **O tempo e o cão**: a atualidade das depressões. São Paulo: Boitempo, 2009.

KUCINSKI, Bernardo. **K. relato de uma busca**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

KUCINSKI, Bernardo. **Você vai voltar pra mim e outros contos**. São Paulo: Cosac Naif, 2014.

KUCINSKI, Bernardo. **Alice**. São Paulo: Rocco, 2015.

KUCINSKI, Bernardo. **Os visitantes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

KUCINSKI, Bernardo. **Pretérito imperfeito**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

KUCINSKI, Bernardo. **A nova Ordem**. São Paulo: Alameda, 2019.

KUCINSKI, Bernardo. **Júlia**: nos campos conflagrados do Senhor. São Paulo: Alameda, 2020.

KUCINSKI, Bernardo. **A cicatriz e outras histórias**: (quase) todos os contos de B. Kucinski. São Paulo: Alameda, 2021.

KUCINSKI, Bernardo. **O congresso dos desaparecidos**. São Paulo: Alameda, 2023.

LEHNEN, Leila. A memória como empresa: os empresários da memória em k., de Bernardo Kucinski. **Nonada: Letras em Revista** [en linea]. 2014, 1(22), Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=512451668010>. Acesso em: 06/07/2022.

LUKÁCS, Georg. **Teoria do romance**: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica. Tradução, posfácio e notas de José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

MAGRI, Milena Mulatti. **A ficção na pós-ditadura**: Caio Fernando Abreu, Bernardo Carvalho. São Paulo: Editora Unifesp, 2019.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2013.

MICHAEL, Joachim. Memória do desaparecimento: a ditadura no romance "K. relato de uma busca", de Bernardo Kucinski. **Teresa**, [S. l.], n. 17, p. 15-30, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/teresa/article/view/123339>. Acesso em: 11 abr. 2022.

MONTEIRO, Millena Fontoura. Justiça de Transição no Brasil pós-ditadura civil-militar de 1964–1985: a importância das leis 9.140/1995 e 10.559/2002 para a implementação de políticas de reparação. **Anuario Latinoamericano Ciencias Políticas y Relaciones Internacionales** vol. 8, 2019 pp. 321-332. Disponível em: <https://journals.umcs.pl/al/article/view/7738/7507>. Acesso em: 02/ 03/ 2023.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A ditadura nas universidades: repressão, modernização e acomodação. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 66, n. 4, p. 21-26, Dec. 2014. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252014000400010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 06 set. 2023.

PAIVA, Marcelo Rubens. **Ainda estou aqui**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

PERRUSO, Camila Akemi. **O Brasil e o desaparecimento forçado de pessoas**. NOMOS: Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFC, Fortaleza, v.30, n.1, p.61-73. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/12067/1/2010_art_caperruso.pdf. Acesso em: 22 de janeiro de 2023.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. (1991). Autoritarismo e transição. **Revista USP**, (9), 45-56. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/25547>. Acesso em: 05 de janeiro de 2022.

POE, Edgar Allan. A filosofia da composição. *In*: POE, Edgar Allan. **Poemas e ensaios**: tradução Oscar Mendes, Milton Amado. 4. ed. São Paulo: Globo, 2009, p.113-128.

RABELO, Ivone Daré. Disputa pela memória (Sobre K. relato de uma busca, de B. Kucinski). *In*: NITRINI, Sandra, HOSSNE, Andrea Saad (org.). **Memória e trauma histórico**: literatura e cinema. São Paulo: Hucitec, 2018, p. 137-150.

RICHARD, Nelly. **Intervenções críticas**: arte, cultura, gênero e política. Tradução: Romulo Monte Alto. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

ROSENFELD, Anatol. Reflexões sobre o romance contemporâneo. *In*: ROSENFELD, Anatol. **Texto/contexto I**. Perspectiva, 5. ed. São Paulo, 2009, p. 75-97.

RUSSO, V.. Pater, pátria e a memória como patrimônio: sobre K.: relato de uma busca, de Bernardo Kucinski. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n. Estud. Lit. Bras. Contemp., 2017 (50), p. 35–46, jan. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/elbc/a/Bn3bZYrscZMVKB5dqVxGFXJ/?lang=pt#>. Acesso em: 10 dez. 2022.

SANTA CLARA, Carlos José da Silva. Melancolia: da antiguidade à modernidade - uma breve análise histórica. **Mental, Barbacena**, v. 7, n. 13, p. x, 2009. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-44272009000200007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 20 out. 2023

SCARAMUCCI, M.. Monumentos precários: luto (im)possível e lápides de papel em K.: relato de uma busca. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n. Estud. Lit. Bras. Contemp., 2020 (60), e6002, p. 1-14, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/elbc/a/rzYRpwgpWZYKgPpLMVf4w8w/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 20 de dezembro de 2022.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **A virada testemunhal e decolonial do saber histórico**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2022.

TELES, Edson, QUINALHA, Renan. O alcance e os limites do discurso da “justiça de transição no Brasil”. In TELES, Edson, QUINALHA, Renan (org.). **Espectros da ditadura**: da Comissão da Verdade ao bolsonarismo. São Paulo: Autonomia Literária, 2020, p. 15-58.

TELES, Janaína de Almeida. Eliminar “sem deixar vestígios”: a distensão política e o desaparecimento forçado no Brasil. **REVISTA M.**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 265-297, jul./dez. 2020. Disponível em: <http://seer.unirio.br/revistam/article/view/10026>. Acesso em: 10 set. 2021.

VECCHI, Roberto (2014). O passado subtraído da desapareção forçada: Araguaia como palimpsesto. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, n. 43, p. 133-149. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/estudos/article/view/9950/8788>. Acesso em: 30 jul. 2019.